



PROVÍNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PEDRO HENRIQUE NUNES SILVA

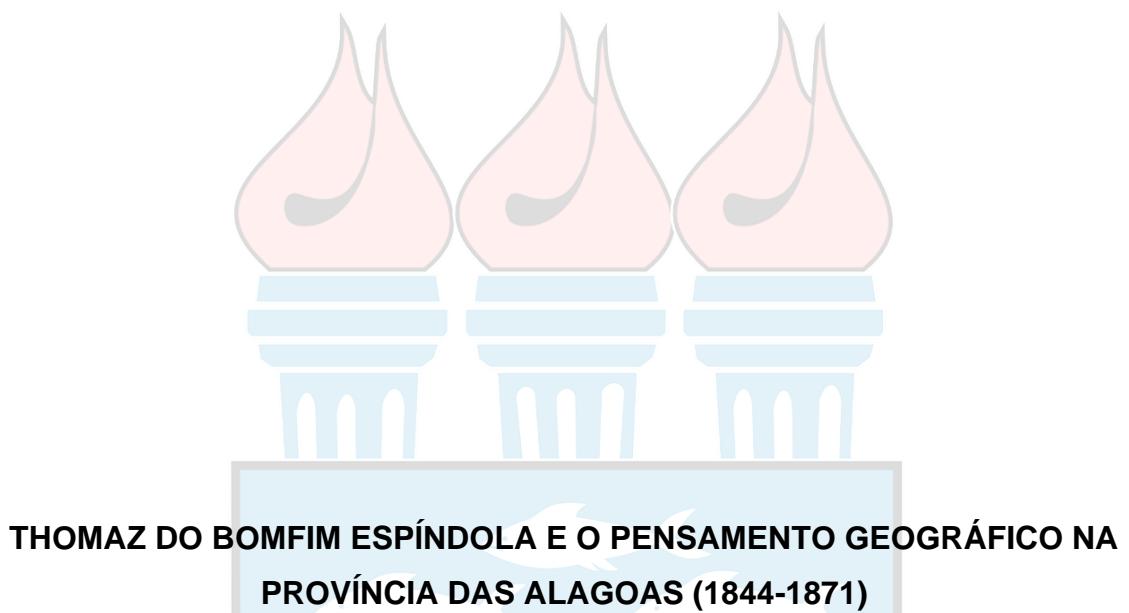
THOMAZ DO BOMFIM ESPÍNDOLA E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA  
PROVÍNCIA DAS ALAGOAS (1844-1871)

Versão corrigida

MACEIÓ - AL

2024

PEDRO HENRIQUE NUNES SILVA



Maceió - AL

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assumo por inteiro todos os erros contidos na presente versão. São de minha total responsabilidade.

**Catalogação na Fonte  
Universidade Federal de Alagoas  
Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Cláudio Albuquerque Reis – CRB-4 – 1753

S586t Silva, Pedro Henrique Nunes.  
Thomaz do Bomfim Espíndola e o pensamento geográfico na província das Alagoas  
(1844-1871) / Pedro Henrique Nunes Silva. – 2024.  
100 f. : il.

Orientador: Antônio Alfredo Teles de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de  
Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2024.

Bibliografia. f. 100.

1. Geografia - Alagoas. 2. História - Alagoas. 3. Geografia - História. I. Título.

CDU: 911(091)(813.5)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO**

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO FINAL**

Em sessão pública, no dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2024, às 9:00h, na sala virtual acessada através do link <<https://meet.google.com/bmv-muwj-kyx>>, deu-se início à defesa de dissertação final do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado), com área de concentração em Organização do Espaço Geográfico, linha de pesquisa: Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais, do aluno Pedro Henrique Nunes, orientando do Prof. Dr. Antônio Alfredo Teles de Carvalho, intitulada: “Thomaz do Bomfim Espíndola e o pensamento geográfico na Província das Alagoas (1844-1871)”, como requisito para a obtenção do título de Mestre. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Antônio Alfredo Teles de Carvalho (PPGG/UFAL), presidente, Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (PPGG/UFAL), membro titular interno, e como convidado externo o Prof. Dr. André Nunes de Sousa (Instituto Federal da Bahia). A defesa constituiu de uma apresentação oral de 25 (vinte e cinco) minutos, seguida de inquirições para cada um dos examinadores e das respostas, e foi assistida pelas pessoas que se fizeram presentes. Ao final, a Banca Examinadora reuniu-se reservadamente e decidiu em atribuir ao conteúdo do trabalho e à defesa a menção: **APROVADO**, com base no art. 63 do Regimento Interno do Curso. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a defesa, sendo a presente ata assinada pelos componentes da Banca Examinadora.

Pareceres da Banca Examinadora conforme art. 63 e seus parágrafos do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Parecer 1:

O trabalho apresenta grande relevância para a compreensão sobre o desenvolvimento histórico da Geografia no Brasil, tomando como referência central a conformação do campo disciplinar na província (atual estado) de Alagoas. Trabalho bem escrito, sem problemas de ordem estrutural, feito com metodologia consistente e oferecendo resultados de pesquisas importantes.

À minha família e amigos, dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho científico está longe de se constituir num processo linear e progressivo; pelo contrário, é feito por momentos de avanços e de recuos, de turbulência e de estabilidade, de grande satisfação e de grande angústia... Posso dizer, dessa forma, que os últimos anos não foram fáceis e não foram poucos os momentos que pensei não ser capaz, que não conseguiria alcançar o objetivo almejado. Contudo, em todos esses momentos, tive o privilégio de poder contar com o apoio de pessoas a quem serei sempre grato:

À minha mãe, *Maria Gerlania Nunes Silva*, pelo amor e apoio incomensuráveis, por ser essa mulher aguerrida, que me ensinou a lutar pelos meus sonhos e nunca desistir.

Ao meu pai, *José Roberto Soares da Silva*, pelo exemplo de pai e homem que é para mim, e pela educação que me legou.

À minha irmã, *Samara Mirelle Nunes Silva*, pelo companheirismo e amor que, timidamente, sempre dispensou.

Aos meus avós paternos e maternos, *Neuza e Pedrito, Genilda e Cesar*, respectivamente, por todo carinho, amor e pelos ensinamentos que sempre dispensaram para comigo.

À minha tia, *Derlania Barbosa Nunes*, por todo apoio, cuidado e amor que sempre dedicou a mim.

Às minhas tias, *Lúcia e Deda*, à *Jamilly* e à *Laurinha*, pelos momentos de felicidade que me proporcionaram.

À minha amada esposa, *Éllen Patrícia de Albuquerque Cavalcante*, por todo apoio e amor dedicados, fazendo desses dois últimos anos os mais felizes da minha vida.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação profissional.

Aos meus queridos amigos *Pedro Araújo, Renan Rosas, Wilton Pacheco e José Anderson*, pelas conversas e pelos momentos de descontração e união.

Ao amigo *Clevisson Silva*, pela amizade e parceria que sempre tivemos, desde a graduação.

À minha querida amiga *Regina Araújo*, que com sua imensa boa vontade, me substituiu no trabalho inúmeras vezes, para que eu pudesse escrever. Sem a sua ajuda não teria finalizado esta Dissertação. Muito obrigado!

Sou grato também ao *Professor Dhiego Antonio de Medeiros*, grande amigo, pelo exemplo de vida e de profissional que se tornou para mim. Agradeço pelos conselhos e ensinamentos.

Ao *Professor Antonio Alfredo Teles de Carvalho*, meu amigo e mestre, agradeço o exemplo e os ensinamentos que muito contribuíram para minha formação. Palavras não são suficientes para expressar a gratidão que sinto. Sem dúvida, a sua contribuição ultrapassa os muros da Universidade. Muito obrigado!

A *Deus*, pelo dom da vida, pela minha família e pelos meus amigos.

*Nada por sem dúvida é mais censurável do que não conhecer o homem a sociedade em que vive, a terra em que pisa, ou em que viu a primeira luz do mundo, a história dessa sociedade e dessa terra.*

*Thomaz Espíndola*

## RESUMO

SILVA, Pedro Henrique Nunes. **Thomaz do Bomfim Espíndola e o pensamento geográfico na província das Alagoas (1844-1871)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

---

Nascido em Maceió e formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1853), Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) se constituiu em um dos principais intelectuais na província das Alagoas e no Brasil nos meados do século XIX. Apesar da sua formação na área médica, Espíndola produziu uma importante obra geográfica sobre a província, a exemplo da sua *Geografia física, política, histórica e administrativa da província de Alagoas*, de 1860. Por seu pioneirismo nesse campo, é reconhecido como um dos fundadores da geografia alagoana. Teve destacada participação na ciência e na vida política e administrativa da província, tendo sido Deputado Provincial e Geral e Presidente Interino da mesma em duas ocasiões. Ocupou, ainda, importantes cargos na administração provincial, como o de Inspector Geral de Instrução e Inspector de Higiene. No campo educacional, foi Professor de Geografia, Cronologia e História no Liceu Alagoano. Foi sócio efetivo do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano (atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), empossado em 18 de fevereiro de 1870, sendo patrono da cadeira 38 da instituição. A partir das informações levantadas, pode-se constatar que a obra produzida pelo autor foi decisiva à implantação e, por conseguinte, afirmação da geografia na citada província. Espíndola se mostrara um homem de posições avançadas à época no que se refere ao conhecimento do território alagoano. Em face a esse quadro de referência, buscou-se no presente trabalho, investigar a sua produção geográfica à luz do seu tempo-espacó, bem como desvelar seu círculo de afinidades para melhor entender os objetivos da sua geografia. Do ponto de vista teórico-metodológico, as proposições aqui desenvolvidas estão alinhadas com as concepções de pensamento geográfico e ideologia geográfica, de Moraes (2005a), e abordagem contextual e círculo de afinidade, concebidas por Berdoulay (2003). Resgatar a obra produzida por Espíndola é um imperativo no sentido de ampliar os conhecimentos acerca da geografia produzida em Alagoas e no Brasil no período imperial. Sua obra consiste em um valioso objeto de estudo, cuja pertinência está atrelada, de um lado, ao lugar por ele ocupado na vida política e intelectual da província e, de outro, ao pioneirismo e relevância da sua obra no que tange ao conhecimento da história da geografia em Alagoas.

**Palavras-chave:** História da Geografia; Geografia de Alagoas; História de Alagoas; Século XIX; Brasil Império.

## ABSTRACT

SILVA, Pedro Henrique Nunes. **Thomaz do Bomfim Espíndola and geographic thought in the province of Alagoas (1844-1871)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

---

Born in Maceió and graduated from the Faculty of Medicine of Bahia (1853), Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) became one of the main intellectuals in the province of Alagoas and in Brazil in the mid-19th century. Despite his training in the medical field, Espíndola produced an important geographical work on the province, such as his Physical, political, historical and administrative geography of the province of Alagoas, from 1860. For his pioneering work in this field, he is recognized as one of the founders of Alagoas geography. He had an outstanding participation in science and in the political and administrative life of the province, having been Provincial and General Deputy and Interim President of the same on two occasions. He also held important positions in the provincial administration, such as Inspector General of Instruction and Inspector of Hygiene. In the educational field, he was Professor of Geography, Chronology and History at Liceu Alagoano. He was an effective member of the Instituto Archeologico e Geographico Alagoano (current Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), inaugurated on February 18, 1870, being patron of chair 38 of the institution. From the information gathered, it can be seen that the work produced by the author was decisive in the implementation and, therefore, affirmation of geography in the aforementioned province. Espíndola had shown himself to be a man of advanced positions at the time in terms of knowledge of the Alagoas territory. In view of this frame of reference, the present work sought to investigate his geographical production in the light of his time-space, as well as unveil his circle of affinities to better understand the objectives of his geography. From a theoretical-methodological point of view, the propositions developed here are aligned with the conceptions of geographic thought and geographic ideology, by Moraes (2005a), and the contextual approach and circle of affinity, conceived by Berdoulay (2003). Rescuing the work produced by Espíndola is imperative in order to expand knowledge about the geography produced in Alagoas and Brazil during the imperial period. His work is a valuable object of study, whose relevance is linked, on the one hand, to the place he occupied in the political and intellectual life of the province and, on the other, to the pioneering spirit and relevance of his work in terms of knowledge of history of geography in Alagoas.

**Keywords:** History of Geography; Geography of Alagoas; History of Alagoas; 19th century; Brazil Empire.

## RESUMEN

SILVA, Pedro Henrique Nunes. **Thomaz do Bomfim Espíndola y el pensamiento geográfico en la provincia de Alagoas (1844-1871)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

---

Nacido en Maceió y graduado en la Facultad de Medicina de Bahía (1853), Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) se convirtió en uno de los principales intelectuales de la provincia de Alagoas y del Brasil de mediados del siglo XIX. A pesar de su formación en el campo médico, Espíndola produjo una importante obra geográfica sobre la provincia, como su Geografía física, política, histórica y administrativa de la provincia de Alagoas, de 1860. Por su labor pionera en este campo, es reconocido como uno de los fundadores de la geografía alagoana. Tuvo una destacada participación en la ciencia y en la vida política y administrativa de la provincia, habiendo sido Diputado Provincial y General y Presidente Interino de la misma en dos ocasiones. También ocupó importantes cargos en la administración provincial, como Inspector General de Instrucción e Inspector de Higiene. En el ámbito educativo, fue catedrático de Geografía, Cronología e Historia en el Liceu Alagoano. Fue miembro efectivo del Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (actual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), inaugurado el 18 de febrero de 1870, siendo patrono de la cátedra 38 de la institución. De la información recabada se desprende que la obra producida por el autor fue decisiva en la implementación y, por tanto, afirmación de la geografía en la citada provincia. Espíndola se había mostrado en su momento como un hombre de posiciones avanzadas en cuanto al conocimiento del territorio alagoano. Ante este marco de referencia, el presente trabajo buscó investigar su producción geográfica a la luz de su tiempo-espacio, así como develar su círculo de afinidades para comprender mejor los objetivos de su geografía. Desde un punto de vista teórico-metodológico, las proposiciones aquí desarrolladas se alinean con las concepciones de pensamiento geográfico e ideología geográfica, de Moraes (2005a), y el enfoque contextual y círculo de afinidad, concebido por Berdoulay (2003). Rescatar la obra de Espíndola es imperativo para ampliar el conocimiento sobre la geografía producida en Alagoas y Brasil durante el período imperial. Su obra es un valioso objeto de estudio, cuya relevancia está ligada, por un lado, al lugar que ocupó en la vida política e intelectual de la provincia y, por el otro, al espíritu pionero y relevancia de su obra en términos del conocimiento de la historia de la geografía en Alagoas.

**Palabras clave:** Historia de la Geografía; Geografía de Alagoas; Historia de Alagoas; siglo XIX; Imperio de Brasil.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1.</b> Localização da comarca de Alagoas na capitania de Pernambuco .....                          | 34 |
| <b>Figura 2.</b> Mappa topographico da parte das provincias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba (1823).....    | 35 |
| <b>Figura 3.</b> Decreto de criação da capitania das Alagoas .....   | 38 |
| <b>Figura 4.</b> Siloegu Brasileiro, antiga sede do IHGB .....   | 45 |
| <b>Figura 5.</b> Desenho de Thomaz do Bomfim Espíndola .....   | 49 |
| <b>Figura 6.</b> Fachada principal da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA .....                           | 50 |
| <b>Figura 7.</b> Liceu Alagoano.....   | 51 |
| <b>Figura 8.</b> Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) .....                                   | 52 |
| <b>Figura 9.</b> Capa da tese de doutoramento de Thomaz do Bomfim Espíndola (1853) ..                        | 58 |
| <b>Figura 10.</b> Contracapa da tese de doutoramento de Thomaz do Bomfim Espíndola                           | 60 |
| <b>Figura 11.</b> Agradecimentos .....   | 61 |
| <b>Figura 12.</b> João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú .....  | 63 |
| <b>Figura 13.</b> Transcrição do Oficio de Thomaz Espíndola para João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú ..... | 63 |
| <b>Figura 14.</b> Dedicatória da obra <i>Geographia Alagoana</i> 1871 de Thomaz Espíndola.                   | 65 |
| <b>Figura 15.</b> Contracapa da Reforma do Ensino Secundário e Superior de Ruy Barbosa (1882).....           | 68 |
| <b>Figura 16.</b> Contracapa da Reforma do Ensino Primário de Ruy Barbosa .....                              | 69 |
| <b>Figura 17.</b> Capa do compêndio <i>Opúsculo da Descrição Geographica</i> de 1844 ..                      | 74 |
| <b>Figura 18.</b> Sumário do compêndio <i>Opúsculo da Descrição Geographica</i> de 1844.                     | 75 |
| <b>Figura 19.</b> Contracapa do compêndio <i>Geographia Alagoana</i> (1871) .....                            | 80 |
| <b>Figura 20.</b> Sumário do compêndio <i>Geographia Alagoana</i> de 1871.....                               | 81 |
| <b>Figura 21.</b> Quadro sobre a população livre e escrava da província - 1871 .....                         | 84 |
| <b>Figura 22.</b> Mapa da divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872                       | 85 |

## **LISTA DE QUADROS**

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1.</b> Revolução de 1817 e a Emancipação Política de Alagoas na Revista do IHGAL (1872-2009) ..... | 39 |
| <b>Quadro 2.</b> Produção de Thomaz do Bomfim Espíndola (1853-1885).....                                     | 56 |
| <b>Quadro 3.</b> Compêndios de geografia produzidos por Espíndola (1860-1885) .....                          | 79 |
| <b>Quadro 4.</b> Divisão administrativa da província das Alagoas em 1871 .....                               | 85 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |   |
|-------|---|
| AAL   | Academia Alagoana de Letras                                 |
| AGB   | Associação dos Geógrafos Brasileiros                        |
| APA   | Arquivo Público de Alagoas                                  |
| CNG   | Concelho Nacional de Geografia                              |
| FMB   | Faculdade de Medicina da Bahia                              |
| HPG   | História do Pensamento Geográfico                           |
| IAGA  | Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas              |
| IAHGP | Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano |
| IHGAL | Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas                 |
| IHGB  | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro                 |
| RBG   | Revista Brasileira de Geografia                             |
| UFAL  | Universidade Federal de Alagoas                             |
| UFBA  | Universidade Federal da Bahia                               |
| UFPE  | Universidade Federal de Pernambuco                          |
| UGI   | União Geográfica Internacional                              |
| USP   | Universidade de São Paulo                                   |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO: PROPONDO UMA DISCUSSÃO BASILAR SOBRE O PENSAMENTO GEOGRÁFICO EM ALAGOAS.....</b>  | 16 |
| <b>2 REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS CLÁSSICOS SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO .....</b>  | 25 |
| <b>3 A PROVÍNCIA DAS ALAGOAS NO BRASIL IMPERIAL: TEMPO E ESPAÇO....</b>  | 33 |
| 3.1 A emancipação das Alagoas no início do século XIX.....   | 34 |
| 3.2 Refletindo sobre as repercuções do projeto de construção da Nação Brasileira em Alagoas após 1822.....   | 45 |
| <b>4 SABER É PODER, PODER É SABER: A MARCANTE PRESENÇA DE THOMAZ DO BOMFIM ESPÍNDOLA NA ALAGOAS PROVINCIAL .....</b>   | 48 |
| 4.1 Thomaz do Bomfim Espíndola: um “homem de sciencia” na província das Alagoas.....   | 49 |
| 4.2 Um círculo de afinidades para além da ciência .....  | 54 |
| <b>5 “GEOGRAFIA ALAGOANA OU DESCRIÇÃO FÍSICA, POLÍTICA E HISTÓRICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS”: A ESCRITA DO PODER NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DE THOMAZ DO BOMFIM ESPÍNDOLA.....</b> | 71 |
| 5.1 Um olhar a partir dos compêndios de geografia alagoana .....   | 72 |
| 5.2 Entre o saber e o poder: o pensamento geográfico de Thomaz do Bomfim Espíndola sobre a província das Alagoas.....  | 78 |
| <b>6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS – POR UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DAS ALAGOAS .....</b>  | 91 |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | 94 |

## 1 INTRODUÇÃO

---

***PROPOONDO UMA DISCUSSÃO BASILAR SOBRE O PENSAMENTO GEOGRÁFICO EM ALAGOAS***

*A história da geografia é um repositório de idéias sobre a relação entre homem e natureza. Ela é um relato da experiência do homem tentando compreender seu mundo. Em outras palavras, reflete amplamente o desenvolvimento da consciência humana.*

*Vincent Berdoulay (2003, p. 47).*

A história do pensamento geográfico constitui um campo da pesquisa geográfica ainda pouco explorado entre os geógrafos brasileiros, sobretudo no que concerne ao período que antecederá a institucionalização da geografia na universidade brasileira. Nesse sentido, Machado (2000, p. 313) assevera que, “Por anteceder a institucionalização da geografia, o período 1870/1930 tem merecido somente a menção de um ou outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil.”

Por outro lado, as duas últimas décadas do século XX e a primeira deste, em curso, apontam para um crescimento considerável da produção científica na área de história do pensamento geográfico no Brasil, especialmente no âmbito dos principais programas de pós-graduação do país<sup>1</sup> (CARVALHO, 2007). Observa-se, porém, que o período precedente a década de 30 do século passado não tem recebido a mesma atenção por parte da pesquisa geográfica que o período pós-institucionalização, no qual se observa um maior número de estudos.

Para além dessa constatação, é válido destacar que os estudos que enveredam pelo caminho da historiografia do pensamento geográfico brasileiro, como é o caso deste, revelam sua importância, conforme Carvalho (2001, p. 18), por constituírem ferramentas essenciais no sentido de “[...] revisitá e discutir questões epistemológicas, teóricas e históricas que deem aporte à compreensão da evolução da disciplina [geografia] nos interstícios que precederam ou se seguiram a sua institucionalização em 1934.”

Nesse sentido, partindo do pressuposto enunciado por Carvalho (2007, p. 23), em que “Pensar o presente e projetar o futuro sugere revisitá o passado”, é imperativo resgatar a história do pensamento geográfico brasileiro a fim de reconstruir a sua trajetória para melhor interpretá-la à luz do contexto que em se processara.

---

<sup>1</sup> Ver levantamento realizado por Carvalho (2007) acerca da produção científica na área de história do pensamento geográfico no âmbito dos principais programas de pós-graduação em geografia no Brasil, no período que se estende da década de 1980 até o ano de 2006.

Dessa forma, é também objetivo deste trabalho trazer à luz importantes nomes da história da geografia em Alagoas, que apesar da relevância para a sua interpretação, permanecem ainda intocados e, por conseguinte, desconhecidos.

Seguindo por esse caminho, o período compreendido entre o final da primeira metade do século XIX e a Proclamação da República (1844-1889) constitui um marco para a história da geografia e do pensamento geográfico em Alagoas. Pois, nesse mesmo período, vieram à luz os primeiros escritos sobre a história e a geografia do território alagoano, bem como a fundação, em 1869, do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, que em 1971 passou a ser denominado de Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas<sup>2</sup> (IHGAL, 2008).

Nesse contexto, se insere o médico e geógrafo alagoano Thomaz do Bomfim Espindola (1832-1889), que ao lado de Antonio Joaquim de Moura<sup>3</sup>, é reconhecido como um dos fundadores da historiografia alagoana, assim como da sua geografia. Nascido em Maceió e graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1853, Thomaz Espíndola se constitui em um importante intelectual alagoano do século XIX, integrando um seletivo grupo de intelectuais intimamente ligados ao poder provincial que, segundo Lindoso (2005), era representado pelos senhores de engenho e pela burguesia mercantil.

Nesse caminhar, assinala Almeida (2004, p. 9) que “[...] a formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar as Alagoas passa pela malha do poder.” Tem-se, com isso, uma produção historiográfica orientada aos interesses da classe política dominante e a sua manutenção no poder. Assim, os escritos do século XIX se caracterizam por um forte teor ideológico no sentido da construção da história de uma Alagoas exemplar (ALMEIDA, 2004).

Deste ângulo, os estudos de Berdoulay (1999, 2003, 2017) mostraram-se fundamentais no que diz respeito a elaboração de uma abordagem contextual em

---

<sup>2</sup> Terceira Instituição do gênero fundada no Brasil, ficando atrás somente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 1838 e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) de 1862. Além disso, o IHGAL se constituiria na principal Instituição produtora e difusora do saber geográfico sobre a Província das Alagoas – ponto de convergência da intelectualidade alagoana.

<sup>3</sup> Presidente da Província das Alagoas de 15 de maio de 1835 a 23 de agosto de 1836 (BARROS, 2005). É também, segundo o historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana (LINDOSO, 2005), o suposto autor do *Opúsculo da descripção geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil*, publicado em 1844 e assinado *Por Hum Brasileiro*.

adequação aos objetivos propostos pela investigação. É válido destacar, ainda, as contribuições de Bernardes (1982), Pereira (1997) e Machado (2000), que se apresentam como essenciais à interpretação de um período – da pré-institucionalização da geografia – ainda pouco estudado entre os geógrafos brasileiros. Sem esquecer, também, de Lacoste (2012), que se constituiu num importante auxílio no entendimento da verdadeira razão de ser da ciência geográfica: “Um saber estratégico em mãos de alguns”.

Ademais, não devem ser esquecidas as contribuições basilares de Moraes (2005a, 2005b, 2007) e Corrêa (2007) no que tange ao conhecimento da trajetória do pensamento geográfico brasileiro e mundial, dos seus paradigmas, das correntes de pensamento, dos conceitos e categorias norteadores, das discussões, dos problemas epistemológicos etc. No que diz respeito ao desvendamento e caracterização da historiografia alagoana, os estudos de Almeida (2004) e Lindoso (2005) foram essenciais, sem os quais este trabalho perderia em clareza e objetividade na interpretação da produção escrita sobre a Província.

Destaque-se, ainda, a importância do conceito de *pensamento geográfico*, que nos moldes em que foi formulado por Moraes (2005a), constitui um esforço teórico-metodológico no sentido de aglutinar os discursos que se encontram dispersos pelo campo do saber geográfico. Trata-se, pois, segundo o próprio autor, de “Um conceito para unificar estes discursos dispersos, que tenha uma fundamentação ontológica.” (MORAES, 2005a, p. 31). Dessa forma, tal conceito ultrapassaria em muito o discurso do campo disciplinar, tendo em vista a grande variedade de discursos que ao longo da história não se apresentaram sob rótulo “explícito” de geografia.

No interior do conceito de pensamento geográfico emerge a importante noção de *ideologias geográficas*, isto é, uma classe mais restrita de discursos que possuem um direcionamento político explícito. Explica Moraes (2005b), que as mais eficazes ideologias geográficas não se apresentaram, de forma explícita, sob a rotulação de geografia. Isso significa que esses discursos carecem de maior atenção, em função do seu conteúdo político-ideológico.

Assim, partiu-se do pressuposto de que o discurso geográfico contido nos compêndios de geografia produzidos por Thomaz Espíndola, está repleto dessas ideologias geográficas, que funcionam mesmo como uma forma de justificativa da

dominação exercida pela elite política dominante sobre a sociedade provincial da época.

Nesse sentido e tomando como ensinamento o que escreveu Quaini (1983), quando se refere a história do pensamento geográfico como um processo atormentado, contraditório e sempre ligado à história da cultura e da sociedade, infere-se que a incursão pela história da geografia pode se constituir em um caminho promissor ao desvelamento das realidades atuais, face às realidades pretéritas, tendo em vista a indissociabilidade entre estas e o contexto no qual foram criadas.

Nesse sentido, o desafio de empreender uma investigação acerca da contribuição de Thomaz do Bomfim Espíndola e de seus escritos constitui um imperativo à apreensão do pensamento geográfico e, por conseguinte, do processo de implantação e consolidação da geografia em Alagoas. Assim, pretende-se estimular a feitura de outros trabalhos nessa mesma perspectiva.

Trilhando por esse caminho, a principal questão desencadeada pela investigação foi entender qual a contribuição e relevância de Thomaz Espíndola e de seus escritos para a história do pensamento geográfico na Alagoas oitocentista. Questão esta, que pode ainda ser fracionadas em outras não menos relevantes, a saber:

- Qual a natureza ou caráter do discurso geográfico veiculado pelos compêndios de geografia do século XIX?
- Quais as relações existentes entre a geografia contida nos compêndios e o poder provincial?
- Quais as intencionalidades implicadas na escrita de Thomaz do Bomfim Espíndola?
- A quem representa e a que propósito serve o discurso geográfico produzido no século XIX?

Baseado nesses questionamentos, elegeu-se como objetivo geral<sup>4</sup> da pesquisa desenvolver uma análise acerca da história do pensamento geográfico em Alagoas a partir da geografia produzida por Thomaz do Bomfim Espíndola à luz do seu tempo-espacó. Neste anseio, definiu-se alguns objetivos específicos:

- Caracterizar a província das Alagoas no contexto do Brasil Imperial;
- Demonstrar a importância dos escritos de Thomaz do Bomfim Espíndola à interpretação da história do pensamento geográfico em Alagoas e no Brasil;
- Evidenciar a eminência de Thomaz Espíndola como um dos primeiros autores a escrever sobre a geografia de Alagoas;
- Investigar as relações de Thomaz Espíndola com o poder provincial e os seus pares na geografia por ele produzida;
- Contribuir com o desvelamento da história do pensamento geográfico no Brasil e em Alagoas, em especial.

A dissertação ora apresentada está organizada em cinco seções, sendo esta introdução a primeira delas. As demais seções versam sobre o tema geral deste trabalho, cujo título é *Thomaz do Bomfim Espíndola e o pensamento geográfico na Província das Alagoas (1844-1871)*.

Na segunda seção, intitulada *Revisitando alguns estudos clássicos sobre a história do pensamento geográfico*, buscou-se fazer uma breve discussão acerca de alguns estudos sobre a história do pensamento geográfico, que contribuíram para se pensar o objeto do trabalho ora apresentado.

Na terceira seção, intitulada *A província das Alagoas no Brasil Imperial: tempo e espaço*, realizou-se uma discussão em torno dos principais acontecimentos que se processaram no período oitocentista e suas repercussões na província das Alagoas, procurando situá-la no contexto do Brasil Império.

---

<sup>4</sup> Convém esclarecer que não é objetivo deste trabalho a realização de uma análise pormenorizada da obra ou do discurso de Thomaz Espíndola, visto que a execução de tal empreitada demandaria um esforço que está para além das nossas pretensões no momento. Na verdade, o que se pretende é resgatar o autor e a sua trajetória à luz do contexto no qual o mesmo esteve inserido, buscando caracterizar e elucidar a relevância da sua produção geográfica sobre a Província das Alagoas.

Desse modo, pretendeu-se, inicialmente, refletir sobre o importante evento que foi a sua emancipação política, considerando que este tem sido, desde o seu acontecimento, objeto de intensas e calorosas discussões envolvendo destacados intelectuais – não havendo consenso nem mesmo entre os alagoanos. Essas discussões tem se dado em torno dos possíveis causas ou motivações que teriam levado o rei D. João VI a assinar o Decreto Régio de 16 de setembro de 1817, concedendo autonomia política a antiga comarca das Alagoas.

Para tanto, tomou-se como aporte a produção da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, além de textos clássicos de diversos intelectuais alagoanos a propósito do tema. Em seguida, ancorados nos trabalhos das diversas áreas que se debruçaram sobre o período imperial, se discutiu sobre o projeto de construção de Nação Brasileira e como este repercutiu sobre a província recém-emancipada. Procedeu-se, também, a uma caracterização da província das Alagoas no que concerne à ciência e à política nos primeiros tempos após a emancipação do Brasil, tomando como subsídio os escritos clássicos sobre a mesma.

Na quarta seção, intitulada de *Saber é poder, poder é saber: a marcante presença de Thomaz do Bomfim Espíndola na Alagoas provincial*, tomando como ponto de partida a máxima amplamente conhecida de que “saber é poder”, realizou-se, nesta seção da dissertação, uma discussão focalizada na figura de Thomaz do Bomfim Espíndola e em sua atuação na Alagoas provincial.

Nascido em Maceió e graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1853), Thomaz Espíndola se constituiu em um dos mais importantes intelectuais do seu tempo, sendo considerado como um dos fundadores dos estudos históricos e geográficos sobre Alagoas. Participou ativamente da vida política e intelectual da província, sendo deputado provincial e geral e presidente interino da mesma. Ocupou, ainda, os cargos de inspector geral de instrução, inspector de higiene e de professor de Geografia, Cronologia e História no Liceu Alagoano.

De posse dessa breve nota biográfica, fez-se uma discussão a respeito do autor, considerando seus vínculos com a ciência da época, e a sua marcante presença como intelectual na província. Analisou-se, também, as suas relações com o poder no contexto da Alagoas provincial. Por fim, se procedeu uma análise acerca do círculo de afinidades de Espíndola, mostrando como este estava além do universo científico do seu tempo.

Na quinta seção, intitulada de *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas: a escrita do poder no pensamento geográfico de Thomaz do Bomfim Espíndola*, fez-se uma análise do pensamento geográfico de Thomaz Espíndola focalizando a aludida obra. Considerou-se que o estudo da história da geografia em Alagoas passa, necessariamente, pelo resgate e apreensão do período compreendido entre os anos de 1844 e 1871. Este período vem à luz os primeiros escritos sobre a geografia da então província das Alagoas. Dentre esses, destacam-se: *Opúsculo da descrição geographica topographica, phizica, política, e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagoas no império do Brazil* (1844) e *Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da província das Alagoas* (1871).

O primeiro tem sua autoria atribuída a Antonio Joaquim de Moura; e o segundo a Thomaz do Bomfim Espíndola. Ambos os autores tinham em comum a proximidade com uma elite letrada e a íntima ligação com o poder provincial. Desse modo, a partir da análise desses escritos e levando-se em consideração o contexto em que foram produzidos e acham-se inseridos seus autores, observa-se a existência de um discurso fortemente vinculado, de um lado, aos interesses dominantes das elites alagoanas – um discurso geográfico de representação do poder; e do outro, a um projeto mais amplo de construção da nação brasileira, baseado nos ideais de civilização e progresso, vigentes à época.

Nessa perspectiva, realizou-se, nessa seção, uma análise do pensamento geográfico de Thomaz Espíndola focalizando a sua obra *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. Convém salientar, ainda, que a referida obra permite fazer um paralelo com o conceito corológico desenvolvido pelo geógrafo alemão Alfred Hettner, no qual a geografia seria o estudo da diferenciação das áreas da superfície terrestre.

Desse modo, lançamos um olhar sobre Thomaz Espíndola a partir dos compêndios de geografia alagoana publicados entre os anos de 1844 e 1871. Em seguida, procurou-se demonstrar que o pensamento geográfico de Thomaz Espíndola se encontra entre o saber e o poder. Por fim, realizou-se uma discussão enfatizando a sua obra como um marco do pensamento geográfico em Alagoas.

Na sexta e última seção deste trabalho, intitulada *Algumas considerações finais – por uma história do pensamento geográfico das Alagoas*, procurou-se lançar

algumas considerações à guisa de conclusão, a fim de sintetizar as principais ideias e argumentos, bem como responder as questões-chave levantadas ao longo do trabalho.

Finalmente, este estudo pretendeu se constituir num esforço teórico inicial visando interpretar a história do pensamento geográfico na Alagoas oitocentista, trazendo importantes nomes, embora esquecidos, da geografia alagoana e brasileira, a exemplo de Thomaz do Bomfim Espíndola.

## CAPÍTULO 2

---

***REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS CLÁSSICOS SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO***

Adentrar pelos meandros da história do pensamento geográfico constitui uma tarefa das mais árduas e complexas que tem o geógrafo, tendo em vista a sinuosidade dos caminhos a serem percorridos. À vista dessa realidade, revisitar os estudos que se encarregaram de tal empreitada mostra-se como um caminho promissor para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Portanto, faz-se necessário uma bibliografia que esteja alinhada com os objetivos propostos pela investigação, além de dotada dos critérios de coesão, adequação e pertinência.

Seguindo por este caminho, constitui uma importante referência o artigo de Manuel Correia de Andrade, publicado no Boletim Paulista de Geografia, em 1977, com o título *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*. O eminente geógrafo pernambucano realiza uma incursão pelo pensamento geográfico moderno, esquadrinhando a repercussão e as influências deste sobre o pensamento geográfico brasileiro.

Andrade (1977) trata de algumas questões consideradas fundantes para a geografia, a exemplo da questão da autonomia do saber geográfico. Para ele, “[...] Não podemos falar em pensamento geográfico autônomo antes da segunda metade do século XIX, graças à contribuição dada pelos mestres alemães Alexandre de Humboldt, Karl Ritter e Frederico Ratzel.” (ANDRADE, 1977, p. 5).

O autor tem posições avançadas no que diz respeito a superação do conhecido confronto entre a Escola Alemã (determinista) e a Escola Francesa (possibilista), assinalando que, “Na realidade, nunca houve uma escola livre-arbitrista em Geografia, e o possibilismo, longe de se contrapor ao determinismo foi mais o resultado de uma desradicalização do mesmo, uma forma atenuada do determinismo.” (ANDRADE, 1977, p. 8).

Esse mesmo viés é seguido por Nilo Bernardes em *O pensamento geográfico tradicional*, publicado em 1982, na Revista Brasileira de Geografia. No artigo, o autor esboça um quadro sumário do que se convencionou chamar de pensamento geográfico tradicional, explicitando o contexto em que se deu a evolução das ideias.

Algumas das ideias expressas no artigo dizem respeito a Humboldt e Ritter, que na visão de Bernardes (1982a, p. 391), “[...] ocupam um lugar de destaque na ciência da primeira metade do século XIX, mas não chegaram a formar o que se costuma chamar de ‘escola’.” Em contrapartida, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La

Blache, sobretudo este último, conseguiram formar um significativo corpo de discípulos que tomaram para si a missão de levar adiante as ideias enunciadas pelos seus mestres.

Nesse mesmo ano (1982), o autor publica no mesmo periódico, o artigo *A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil*. Bernardes (1982b) faz uma análise das principais personalidades estrangeiras que pensaram a realidade brasileira, formaram e influenciaram sucessivas gerações de geógrafos no Brasil, além evidenciar algumas das principais contribuições desses mestres nas diferentes frentes em que atuaram.

Além desses trabalhos, é importante destacar a contribuição de Lia Osório Machado através do artigo *Origens do pensamento geográfico brasileiro: meio tropical, espaços vazios e ideia de ordem*, originalmente apresentado no Symposium International Théories du Milieu et Aménagement, em Marrakesch, no Marrocos, em fevereiro de 1994.

A importância do trabalho de Machado (2000) é atribuída, de um lado, ao fato de ser um dos primeiros esforços no sentido de realizar uma análise do período que antecedeu a institucionalização da geografia no Brasil; e de outro, pela refinada análise que empreende a respeito das origens do pensamento geográfico brasileiro, do papel e atuação deste nas representações sobre o território e sobre a população.

Machado (2000) faz uma periodização que vai da promulgação da “Lei do Ventre Livre”, em 1871, à Revolução de 1930, por reconhecer este período como sendo o marco de um “projeto de modernização no Brasil” e de “redefinição da identidade nacional”, e que proporcionara a entrada de diversas ideologias científicas no país, a exemplo do Darwinismo Social, do Positivismo, do Neolarmarckismo, etc.

Conforme Machado (2000, p. 310), “No Brasil, os debates também se deram em torno da ideia de mudança, veiculando, através do argumento pseudo-científico, julgamentos morais sobre o território e a população, articulados a um questionamento do tempo futuro.” Em suma, a autora buscou explicitar a conjuntura político-social do período sublinhado, evidenciando o papel e a atuação do pensamento geográfico.

É necessário evidenciar, também, o livro *A construção da Geografia Humana*, de Massimo Quaini, cuja primeira tradução para o português data de 1983. A obra se

constitui em uma reflexão crítica sobre a periodização consagrada como oficial da geografia moderna. Segundo o autor,

Nos estudos de história da geografia, prevalecendo por muito tempo mais preocupações de caráter ideológico-corporativo do que de caráter científico, seguiu-se muitas vezes o caminho fácil de datar o início da geografia moderna no momento em que se estabelecem os ensinamentos geográficos universitários ou se promovem as sociedades de geografia (QUAINI, 1983, p. 15).

Nesse sentido, Quaini (1983) condena a ideia de uma suposta evolução linear e progressiva da geografia, pois essa maneira de tratar a história do pensamento geográfico ignora a maior parte dos fatores externos que influenciaram o seu desenvolvimento “[...] e que se revela, portanto, incapaz de restituir teorias, métodos, ideias ao seu contexto científico-cultural e principalmente social mais amplo.” (QUAINI, 1983, p. 15).

Nessa mesma esteira, é mister evidenciar a importante contribuição de Yves Lacoste (2012), através da qual se supera a suposta “neutralidade” da geografia, revelando assim, a sua verdadeira razão de ser: “um saber estratégico em mãos de alguns”. À época da publicação do seu clássico *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra), em 1976, o mesmo produzira grande polêmica e variadas discussões, sobretudo por se constituir na refutação final da tradição vidalina – que predominou na universidade francesa por um longo período. Além disso, Lacoste (2012) constata a existência de uma geografia dos professores atrelada a uma geografia dos Estados-maiores. Assim,

A geografia dos professores funciona, até certo ponto, como uma tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia das estratégias políticas, militares, mas também estratégias econômicas e sociais que uma outra geografia [dos Estados-maiores] permite a alguns elaborar (LACOSTE, 2012, p. 33).

Desse modo, a principal contribuição de Lacoste (2012) consiste na elucidação do conteúdo político-ideológico implicado no discurso geográfico, especialmente da denominada Geografia Tradicional.

Vale destacar, ainda, a contribuição proporcionada por Horacio Capel, em seu livro *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*, publicado pela primeira vez em 1981, pela editora Barcanova. Capel (1983) desenvolve uma análise acerca da geografia moderna, iniciando pelos seus fundadores, passando pela questão da institucionalização, até desembocar nas

diversas correntes científicas que guiaram o pensamento geográfico ao longo da sua evolução. Segundo o autor,

Las razones que conducen a la institucionalización de la geografía en el siglo XIX hay que buscarlas, creo, no tanto en la lógica interna del conocimiento científico, como en la acción de factores “externos”, en estímulos procedentes de la sociedad de la época. (CAPEL, 1983, p. 80).

Esta perspectiva mostrou-se demasiado importante a presente análise, tendo em vista a associação que o autor faz entre o contexto e evolução das ideias científicas.

Nesse mesmo caminho, Nelson Werneck Sodré (1976) se constitui em um importante subsídio a pesquisa desenvolvida. No livro *Introdução à Geografia (geografia e ideologia)*, Sodré (1976) realiza uma análise do processo de formação da geografia, desde os filósofos gregos até períodos mais recentes. Trata-se, pois, de uma reflexão basilar a respeito do que é geografia, do seu papel, das influências sofridas etc. Tal é a importância de Sodré (1976), que o mesmo constitui referência obrigatória nas disciplinas que tratam da história do pensamento geográfico.

O livro *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, de Milton Santos, publicado em 1978, também constitui um importante auxílio para alcance dos objetivos proposto por esta investigação. Santos (2012) dedica a primeira parte de seu livro ao que chamou de *A crítica da geografia*, onde faz uma reflexão crítica acerca das bases fundantes da geografia. Nesta parte explica a utilidade instrumental da geografia oficial, sempre atrelada aos interesses do Estado.

Todavia, a maior contribuição de Santos (2012) está na propositura de uma geografia renovada, comprometida com explicação da realidade, como uma totalidade social. Aí observa-se a introdução de uma perspectiva materialista-histórica de análise. Desta forma, assinala Santos (2012, p. 24) que “A tarefa da renovação da ciência sempre equivaleu à tarefa da renovação das formas de pensar da sociedade e isso, em nossos dias, é talvez mais válido do que no tempo de Galileu.”

Inestimável é, também, a contribuição de Antonio Carlos Robert Moraes, que dedicou parte significativa de sua obra aos estudos sobre a história do pensamento geográfico. O autor se constitui em uma das principais referências nessa linha da pesquisa geográfica no Brasil. Vale aqui, citar ao menos três de seus livros, que são

fundamentais ao esclarecimento e desenvolvimento de algumas ideias basilares a respeito do pensamento geográfico brasileiro e da presente investigação.

O primeiro deles, *Geografia: pequena história crítica*, publicado em 1981 e reimpresso por diversas vezes, é, sem dúvida, um dos livros de geografia mais lidos no Brasil. Trata-se de uma obra introdutória à história do pensamento geográfico, fazendo uma análise geral e objetiva.

O segundo livro, intitulado *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*, de 1988, se constitui em uma bibliografia basilar a pesquisa aqui apresentada. Nesse livro, Moraes (2005a) aborda a questão da consciência do espaço, que diz respeito ao papel do sujeito na produção e representação desse espaço. Além disso, trata das diversas representações discursivas elaboradas sobre o espaço, isto é, das ideologias geográficas veiculadas por essas representações. Pois, para Moraes (2005a), as ideologias extrapolam o campo disciplinar da geografia, e negá-las em nome da tradição resultaria num grande reducionismo.

Por último, mas não menos importante, destaque-se o livro *Território e história no Brasil*, de 2002. Neste, Moraes (2005b) explicita as relações existentes entre a nossa história e o poder exercido sobre o território, evidenciando as ideologias geográficas que corroboraram para isso. Assim, Moraes (2005b, p. 53) adverte que, “É importante recuperar a história da formação dos territórios atuais, num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal [...]”.

Cabe evidenciar, ainda, o livro *Região e organização espacial*, de Roberto Lobato Corrêa, cuja a primeira edição data de 1986. Este, assim como o livro *Geografia: pequena história crítica*, trata-se de obra introdutória sobre a história do pensamento geográfico, colocando em relevo os conceitos de região e organização espacial. A análise empreendida por Corrêa (1995) permite entender com maior clareza e objetividade os paradigmas da geografia e a centralidade do conceito de região, especialmente no período clássico.

No que concerne aos estudos produzidos sobre a história do pensamento geográfico no Brasil, é válido destacar a dissertação de mestrado de Perla Brígida Zusman, defendida em 1996 e intitulada de *Sociedades Geográficas na promoção do saber ao respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições*

*geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Neste trabalho, a autora busca analisar o papel desempenhado pelas Sociedades Geográficas na Argentina e no Brasil, considerando para tanto as particularidades históricas de cada país. De acordo com Zusman (1996), existe um forte vínculo entre os processos de formação territorial, a legitimação dos projetos políticos estatais, e as práticas e discursos promovidos pelas Sociedade Geográficas no Brasil e na Argentina.

Já a dissertação intitulada *Geografias: Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*, de Sergio Luiz Nunes Pereira, defendida em 1997, consiste em uma análise acerca das instituições (os lugares) responsáveis pela produção e difusão do saber geográfico no Brasil, entre os anos de 1838 e 1922. É importante observar que essas instituições se constituíam em centros aglutinadores e difusores das ideologias geográficas no período abordado, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – fundado em 1838 com o objetivo de construir e guardar a história nacional.

Nessa mesma perspectiva, a tese de doutoramento de Pereira (2002), intitulada de *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*, desenvolve uma análise acerca do papel desempenhado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no que tange a conformação e difusão do saber geográfico no Brasil, entre o final do século XIX e o fim da primeira metade do século XX. Segundo Pereira (2002), a Sociedade constituiu um lugar de relativa autonomização do saber geográfico no Brasil, diferentemente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, onde a geografia esteve fortemente vinculada ao projeto imperial de construção da nação.

No que toca aos estudos sobre autores, convém destacar a dissertação de mestrado intitulada *Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira – 1934/1956 (uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional)*, de Antonio Alfredo Teles de Carvalho, defendida em 2001. O aludido trabalho consiste numa revisitação ao pensamento e a obra Josué de Castro e, por conseguinte, as discussões por ele evocadas à luz do período que vivenciara.

Vale destacar, ainda, a tese de doutoramento de Carvalho (2007), intitulada de *O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil*. Neste trabalho, Carvalho (2007) desenvolve uma

análise acerca da introdução do tema da fome nos estudos geográficos no Brasil, evidenciando a importância que teve Josué de Castro nesse processo.

Ademais, o autor realiza um levantamento da produção acadêmica em história do pensamento geográfico no Brasil, procedendo posteriormente a classificação dos mesmos. Desse modo, constata que as duas últimas décadas do século passado e a primeira deste, em curso, são responsáveis por um crescimento considerável da produção acadêmica nessa área do saber geográfico. Crescimento este atribuído ao reconhecimento da importância e necessidade de se resgatar a história do pensamento geográfico brasileiro.

Sobre os estudos na área de história da educação, vale destacar os trabalhos desenvolvidos por Edgleide de Oliveira Herculano (2014) e Edna Telma Fonseca e Silva Vilar (2017), que constituem importantes contribuições para a apreensão do objeto de estudo aqui proposto. No primeiro, a autora desenvolve uma análise sobre as contribuições de Thomaz Espíndola no que diz respeito a renovação da escola primária e secundária em Alagoas, acentuando a força intelectual e política do autor, que ocupara espaços de grande importância na província.

Segundo Herculano (2014), Espíndola ajudou a construir uma escola voltada às questões de seu tempo, baseando-se nos progressos científicos decorrentes da época. No segundo, Vilar (2017) analisar o processo de conformação da geografia escolar na província das Alagoas a partir dos compêndios produzidos entre os anos de 1844 e 1890, dentre estes os de Thomaz Espíndola, afirmado que tal processo esteve articulado, por um lado, a um projeto da elite política e intelectual alagoana; e por outro, a um movimento mais amplo de formação e consolidação do Estado-nação.

O conjunto dessas obras, mais o conjunto formado pela obra de Thomaz Espíndola e aquelas que a discute, constituem a base central à feitura da dissertação ora apresentada.

## CAPÍTULO 3

---

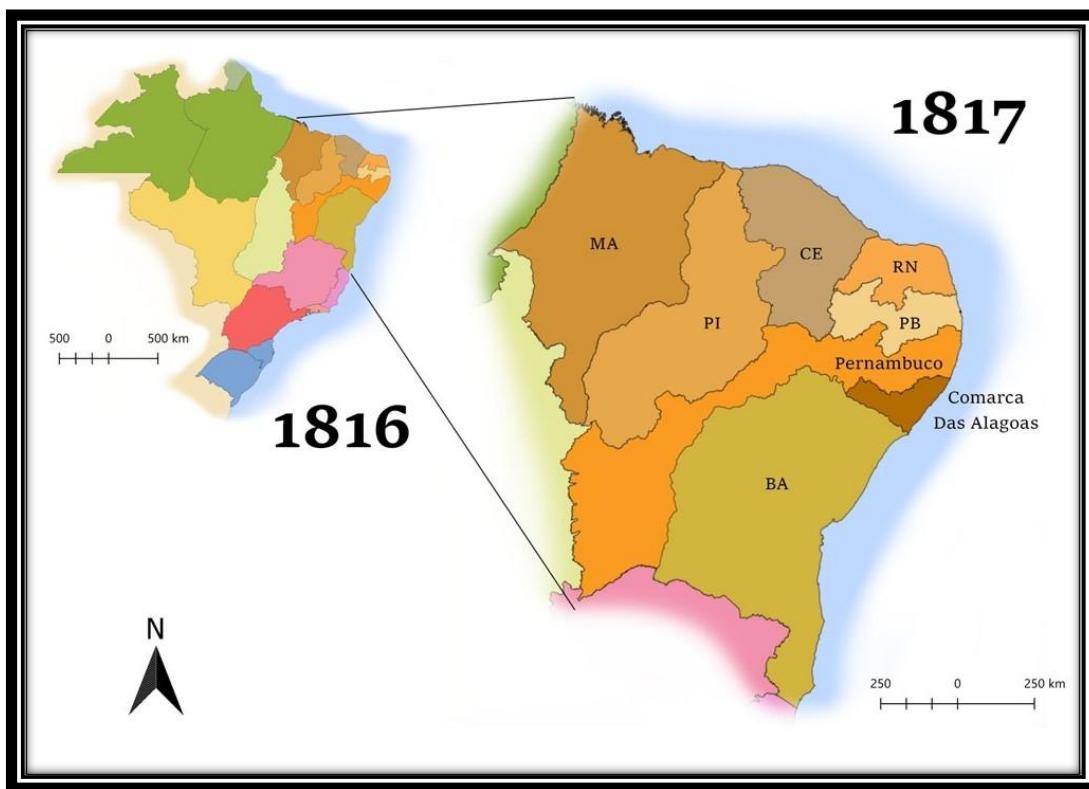
### *A PROVÍNCIA DAS ALAGOAS NO BRASIL IMPERIAL: TEMPO E ESPAÇO*

### 3.1 A emancipação das Alagoas no início do século XIX

O grande acontecimento histórico, tragédia sombria e dantesca, da qual ressurtem lances esquilianos e que teve lugar em 1817 na arena purpúrea de mártires – Pernambuco, é de capital importância para Alagoas, por ter no seu crepúsculo trazido à vasta região a autonomia completa, com a desagregação da capitania a que esteve jungida desde os primórdios de sua existência (BRANDÃO, 2004, p. 64).

Tomando como ponto de partida a passagem acima, observa-se, nas palavras do historiador alagoano, a centralidade da Revolução de 1817, especialmente por se tratar do evento no qual fora concedida a emancipação de Alagoas da Capitania de Pernambuco, a qual esteve unida desde os primeiros tempos da colonização.

**Figura 1.** Localização da Comarca de Alagoas na Capitania de Pernambuco.



Elaboração: Araújo, P. H. S. B. 2023.

Foi no contexto do aludido movimento revolucionário que Alagoas deixou de ser apenas a parte “sul da Capitania de Pernambuco” e passou à condição de capitania independente (1817) e depois província (1821), com um território e uma estrutura político-administrativa própria (CARVALHO, 2015). Contudo, a sua imagem

ainda se achava confundida com a de sua antiga mandatária (LINDOSO, 2005). Assim, a delimitação e conformação de uma geografia do território recém-emancipado se tornara urgente.

**Figura 2.** Mappa topographico da parte das provincias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba (1823).



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2023.

É nesse contexto de definição de uma geografia do território alagoano que os opúsculos e compêndios, produzidos a partir do final da primeira metade do século XIX, tiveram um papel-chave. A esse respeito, na obra *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas*, de 1871, Thomaz Espíndola (2001, p. 21) descreve sobre dos limites do território da então Província das Alagoas:

Confina ao norte e noroeste com as comarcas do Rio Formoso, Palmares (Água Preta) e Garanhuns, pertencentes à província de Pernambuco, pelo riacho Pirassununga – da foz até a nascença –, por uma linha reta desta à barra do confluente da margem direita do Una – o rio Jacuípe –, por este acima até a barra do seu confluente da margem esquerda – o Taquara –, por este até a sua nascença, e finalmente pela serra do Capim, passando a linha divisória uma légua acima da Laje do Canhoto, entre Garanhuns e Quebrangulo e entre Papacaça e Palmeira dos Índios, e, tomando o rumo quase de leste-oeste até chegar ao rio Moxotó, passa 4 léguas ao sul da Águas Belas e 1 a 2 ao norte da Mata Grande; ao sul confina com a comarca de Vila Nova de Sergipe e a de Geremuabo da Bahia pelo rio de S. Francisco; ao oriente com o Atlântico; e ao ocidente com a comarca de Tacaratu da província de Pernambuco pelo Moxotó, confluente da margem esquerda do S. Francisco. Esses limites em parte do norte, noroeste e leste-oeste ainda não se acham bem discriminados; pelo que às vezes dão-se conflitos de jurisdição entre esta e a província de Pernambuco (ESPÍNDOLA, 2001, p. 21).

Observa-se, na passagem acima, que havia a preocupação por parte de Espíndola de descrever minuciosamente os limites territoriais que separavam Alagoas das demais províncias, sobretudo do território pernambucano. Note-se, também, que apesar da separação, o autor evidencia a existência de conflitos de jurisdição entre Alagoas e Pernambuco, pois os limites entre esta e aquela província não se achavam bem definidos. Sem dúvida, esses conflitos tem origem nas condições controversas em que se deu a emancipação de Alagoas. Esse dado reforça ainda mais o argumento de Lindoso (2005) quanto a confusão de imagem entre Alagoas e Pernambuco.

Destaque-se, ainda, que a então capitania das Alagoas alcançou sua emancipação política de Pernambuco sem, contudo, possuir uma imagem configurada no nível da escrita, ou seja, “Alagoas nasceu sem teoria”, conforme fala de Cícero Péricles de Carvalho. Para este, não havia obra ou escrito dando conta, em particular, de um espaço alagoano formado ou sendo formado dentro do espaço da capitania de Pernambuco. Por outro lado, Lindoso (2005) discorda dessa ideia, asseverando que

A escrita dos documentos primitivos do século XVIII revela em suas referências corográficas, na descrição da organização administrativa,

no volume de produção econômica e no recenseamento demográfico a dupla imagem que se vinha formando, por meio da qual se configura a diferenciação de um espaço novo no interior da antiga capitania de Pernambuco (LINDOSO, 2005, p. 33).

Esse novo espaço, ainda segundo Lindoso (2005), se apresenta na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1749, e na *Idea da População da Capitania de Pernambuco*, de 1774. A respeito desses documentos o autor assinala:

A *Informação Geral* encerra um acervo documental que se situa entre os anos finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII; e a *Idea da População*, por sua vez, é um esboço bastante completo de natureza corográfica, econômica e administrativa da capitania de Pernambuco, onde se acha circunscrito o espaço das Alagoas, nas condições da segunda metade do século XVIII (LINDOSO, 2005, p. 33).

Desse modo, a partir do estudo de Lindoso (2005), no qual o autor constata e discorre sobre a existência de “documentos primitivos” do século XVIII, pode-se falar de um espaço alagoano formado ou se formando antes mesmo da elevação da comarca à categoria de capitania, em 1817. Assim, não é bem verdade que “Alagoas nasceu sem teoria”, ao contrário, os documentos citados por Lindoso (2005, p. 33) demonstram “[...] o espaço alagoano como uma imagem díspar do espaço da capitania de Pernambuco.”

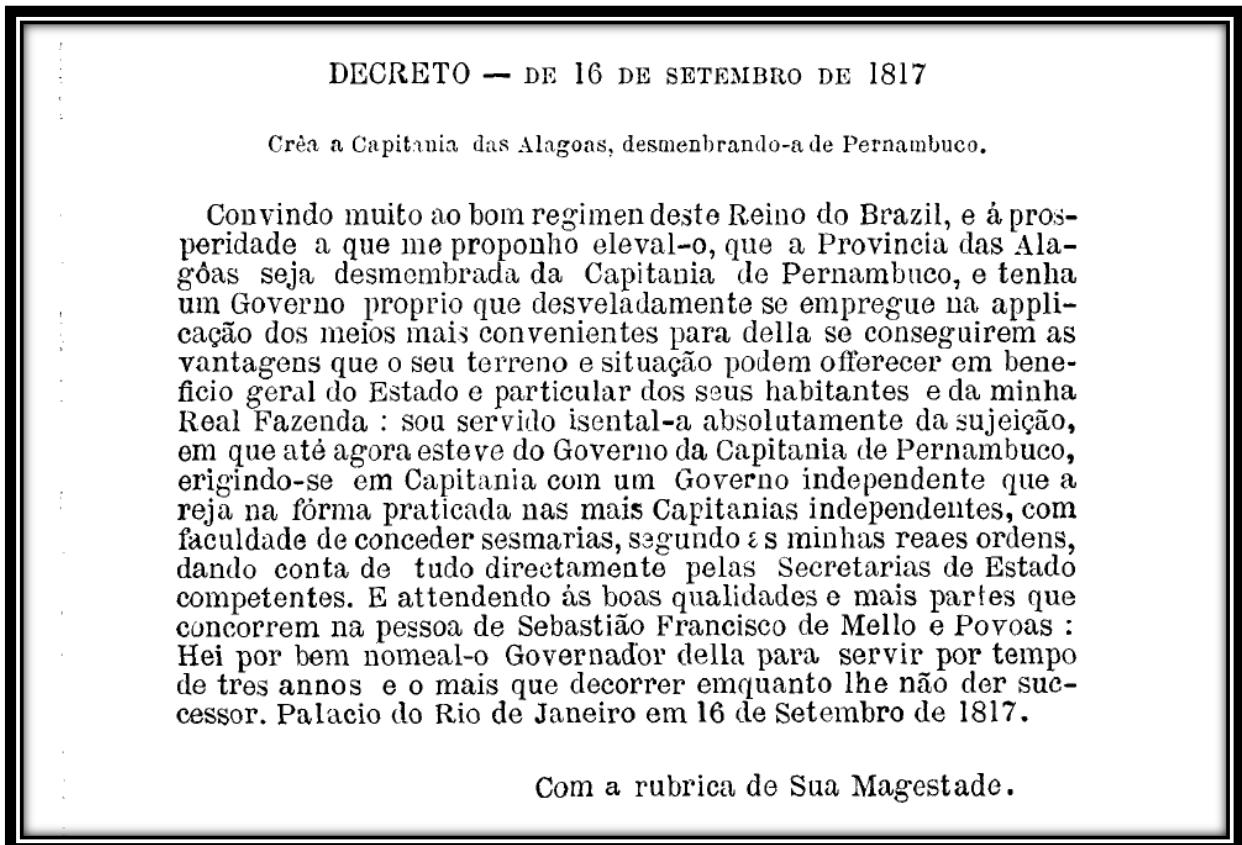
Retomando a discussão inicial sobre a emancipação das Alagoas no contexto da Revolução de 1817, pode-se dizer que o século XIX constitui para Alagoas um período em que se vivenciara grandes transformações, começando pela sua emancipação. Assim, pensar Alagoas requer pensar, também, as condições históricas em que se processaram a sua emancipação. Para tanto, é preciso transpor os limites consagrados pela versão oficial da história – quase sempre inclinada a favorecer um lado em detrimento do outro.

Vale esclarecer, ainda, que não é nosso objetivo fazer uma defesa de Alagoas ou de Pernambuco no que tange a Revolução de 1817, mesmo porque isso vai além das pretensões deste trabalho. O que se pretende aqui é resgatar e discutir algumas das principais versões que foram elaboradas a respeito da emancipação política de Alagoas.

Desse modo, segundo a versão mais difundida, constata-se que a emancipação de Alagoas se deveu ao desejo do rei D. João VI de punir, de um lado, os revoltosos de Pernambuco, reduzindo o tamanho do seu território; e do outro,

galardoar a comarca das Alagoas por sua lealdade à coroa e pelos serviços prestados na repressão ao movimento revolucionário de 1817, elevando-a à categoria de capitania independente através do decreto de 16 de setembro de 1817, conforme se pode verificar na figura a seguir.

**Figura 3.** Decreto de criação da Capitania das Alagoas.



Fonte: Collecção das Leis do Brazil, 1890.

No entanto, como pode ser observado no decreto acima, o monarca português em momento algum deixa transparecer que a sua intenção era de punir Pernambuco por sua rebeldia ou bonificar Alagoas por sua lealdade; ao contrário, o mesmo assinala que é “Convindo muito ao bom regimem d'este Reino do Brasil, e à prosperidade a que me proponho eleva-o, que a provincia das Alagoas seja desmembrada da capitania de Pernambuco [...].” Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação e discussão das principais versões existentes a respeito da participação e, por conseguinte, emancipação de Alagoas no contexto da Revolução de 1817.

A emancipação da comarca das Alagoas da capitania de Pernambuco no decorrer da Revolução de 1817 constituiu, desde o seu acontecimento, objeto de

intensas e calorosas discussões envolvendo destacados intelectuais, sobretudo alagoanos e pernambucanos. Tais discussões deram-se em torno das possíveis causas ou motivações que teriam levado o rei D. João VI a assinar o decreto régio de 16 de setembro de 1817, concedendo independência política a antiga comarca das Alagoas.

Os motivos que estão por trás da decisão tomada pelo referido monarca permanecem ainda desconhecidos, embora tenha-se produzido algumas interpretações – distintas e, por vezes, conflitantes – a respeito da participação de Alagoas e, por conseguinte, da sua emancipação no contexto da Revolução de 1817. Essas interpretações podem ser sintetizadas nos seguintes termos: 1) a emancipação de Alagoas foi uma punição aos revoltosos de Pernambuco; 2) a emancipação de Alagoas foi concedida em virtude da sua lealdade à coroa portuguesa e pelos serviços prestados na repressão do movimento revolucionário de 1817; 3) a emancipação de Alagoas deveu-se tão somente ao reconhecimento do seu estágio desenvolvimento econômico e demográfico, e fora apenas apressada pelo movimento revolucionário de 1817.

**Quadro 1.** Revolução de 1817 e a Emancipação Política de Alagoas na Revista do IHGAL (1872-2009).

| AUTOR                                 | TÍTULO  | LOCALIZAÇÃO                 | PÁGINAS    |
|---------------------------------------|---|-----------------------------|------------|
| José Próspero Jeovah da Silva Caroatá | Chronica do Penedo  | Volume I, nº 2. Jun. 1873   | p. 1-80    |
| Francisco Peixoto Duarte (Cônego)     | Quaes as causas de haver-se malogrado a revolução de 6 de março de 1817, na província de Pernambuco | Volume I, nº 5. Ano de 1874 | p. 119     |
|                                       | Documentos relativos à Revolução de 1817  | Volume I, nº 5. Ano de 1874 | p. 119-130 |
| João Francisco Dias Cabral            | Narração de alguns sucessos relativos à Guerra dos Palmares de 1668-1680                            | Volume I, nº 7. Dez. 1875   | p. 165-171 |
| João Francisco Dias Cabral            | A Revolução de 1817   | Volume II, nº 17. Dez. 1883 | p. 232-239 |
| Francisco Izidoro                     | Apontamentos históricos. Emancipação de Alagoas   | Volume IV, nº 1. Ano 1904   | p. 35-38   |

|                                     |  |  |            |
|-------------------------------------|--|--|------------|
| Virgílio Antonino de Carvalho       | Relatorio sobre o estudo das causas efficientes da Emancipação Politica de Alagoas, que o Dr. F. A. Pereira da Costa apresentou ao Instituto A. G. Pernambucano em sessão de 31 de outubro de 1901 | Volume IV, nº 2. Jun. 1907               | p. 19-32   |
| Francisco de Paula Leite e Oiticica | Discurso pronunciado na Sessão Comemorativa da Emancipação Política de Alagoas em 16 de setembro de 1898   | Volume IV, nº 4. Dez. 1913               | p. 40-52   |
|                                     | Documentos sobre a Revolução de 1817   | Volume V, nº 1. Dez. 1914                | p. 25-30   |
| Moreno Brandão                      | Alagoas e seu desenvolvimento histórico  | Volume VIII, nº 1. Jan. /Mar. 1916       | p. 48-60   |
| Pedro Paulino da Fonseca            | O dia 16 de setembro. Saudação à Província das Alagoas   | Volume VIII, nº 2. Abr. /Jun. 1916       | p. 105-129 |
| J. Barbosa Júnior                   | A autonomia política de Alagoas e seus fatores   | Volume X. Ano 1925                       | p. 54-64   |
| Moreno Brandão                      | Alagoas em 1922. Estudo histórico, econômico, político, literário, artístico e social  | Volume XII. Ano 1927                     | p. 72-79   |
| Craveiro Costa                      | O Visconde de Sinimbu  | Volume XVI. Ano 1930                     | p. 3-79    |
| Anfilófio Jayme de Altavila Mello   | Alagoas na Revolução Pernambucana de 1817  | Volume XVIII. Ano 1935                   | p. 122-128 |
| Luiz Lavenère                       | 16 de Setembro   | Volume XX. Anos 1938-1939                | p. 50-52   |
| Abelardo Duarte                     | Discurso de posse  | Volume XXI. Anos 1940-1941               | p. 63-84   |
| Abelardo Duarte                     | A Revolução Pernambucana de 1817 e a Emancipação Política de Alagoas   | Volume XXI. Anos 1940-1941               | p. 146-155 |
| Manuel Diégués Júnior               | Variações sobre temas regionais. Discurso de posse   | Volume XXII. Ano 1942                    | p. 41-60   |
| Orlando Araújo                      | Emancipação Política de Alagoas e suas causas  | Volume XXV. Ano 1947                     | p. 60-67   |
| Luiz Medeiros Neto                  | Discurso de 16 de Setembro   | Volume XXXI. Ano 1974-1975               | p. 199-204 |
| Jarbas Oiticica                     | Emancipação Política de Alagoas  | Volume XLI. Ano 1986-1988. Maceió, 1989. | p. 53-73   |

|                |   |  |            |
|----------------|---|--|------------|
| Medeiros Neto  | Discurso na Sessão Solene de 16 de setembro de 1987 | Volume XLI. Ano 1986-1988. Maceió, 1989. | p. 249-250 |
| Elza Cansanção | Uma família nas guerras republicanas de 1817 e 1824 | Volume XLVI. Anos 2001-2004              | p. 43-52   |

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2010.

Elaboração: Silva, P. H. N. 2020.

Verifica-se, com base no quadro acima, elaborado a partir Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL (a mais antiga ainda em circulação em Alagoas), apresenta um grande interesse por parte dos intelectuais alagoanos, pelos temas da Revolução de 1817 e, por conseguinte, pela emancipação política de Alagoas. Esses temas são, sem dúvida, alguns dos mais recorrentes na história do referido periódico.

Entre os escritos listados no quadro acima, é válido destacar, pela dedicação e empenho em esclarecer os acontecimentos que se deram na Revolução de 1817 e que resultaram na emancipação de Alagoas, os artigos de Duarte (1874), Cabral (1883), Izidoro (1904), Carvalho (1907), Oiticica (1913), Fonseca (1916), Mello (1935), Duarte (1941), Araújo (1947) e Oiticica (1989).

Dando prosseguimento a essa importante discussão, segundo os alagoanos Thomaz Espíndola (2001), José Prospero Jeovah da Silva Caroatá (1873) e Moreno Brandão (2004), a emancipação alagoana nada tem a ver com a situação econômica e/ou demográfica que se achava a antiga comarca das Alagoas, mas sim com objetivo de D. João VI de punir os revoltosos de Pernambuco e premiar a lealdade e serviços prestadas pela comarca de Alagoas na repressão ao movimento revolucionário que estourou no Recife em 6 de março de 1817.

Para Espíndola (2001, p. 213), o governo “[...] querendo pôr os habitantes desta comarca ao obrigo dos ódios e opressões, houve por bem desligá-la da sua antiga metrópole [...] constituindo-a capitania independente.” Nessa mesma linha, Caroatá (1873) assinala que, foi visando enfraquecer a influência de Pernambuco sobre o país, que o rei D. João VI resolveu desmembrar a comarca de Alagoas da capitania de Pernambuco. Afora isso, Brandão (2004, p. 69) associa a emancipação de Alagoas a intenção do governo em enfraquecer Pernambuco reduzindo a dimensão do seu

território, além de “[...] galardoar os serviços prestados por Alagoas na debelação do movimento de 1817 [...]”.

Em oposição as hipóteses acima mencionadas, colocam-se autores alagoanos como Craveiro Costa (1967), Anfilófio Jayme de Altavila Mello (1935), Aberlado Duarte (1947) e Dirceu Lindoso (2005), os quais compartilham da hipótese geral de que a emancipação de Alagoas se deveu as condições econômicas e demográficas que àquela altura já apresentava, e que por isso foi apenas apressada pelo movimento de 1817. Nesse sentido, é valido tecer nas linhas que seguem um breve relato dos acontecimentos que se processaram em 1817 na antiga comarca das Alagoas.

No dia 6 de março de 1817 iniciou-se no Recife, capital da então Capitania de Pernambuco, o movimento que ficaria conhecido como Revolução Pernambucana de 1817, “[...] cuja ideia capitalíssima era a separação e independência do Brasil de Portugal” (ESPÍNDOLA, 2001, p. 210). Segundo Espíndola (2001), o referido movimento estendeu-se por toda província, com exceção da Vila de Atalaia, por ali se achar Antonio José Ferreira Batalha (o ouvidor Batalha, como ficou conhecido), que juntamente com as autoridades e povos daquela localidade impediu que fossem lidas e publicadas as proclamações enviadas pelo governo provisório instalado em Pernambuco.

Ainda, de acordo com Espíndola (2001, p. 210), “Em S. Miguel dos Campos o capitão Manoel Vieira Dantas e o seu prestatíssimo filho, de saudosa memória Manoel Duarte Ferreira aderiram ao movimento revolucionário”. Contudo, as medidas tomadas na comarca das Alagoas não produziram grandes mudanças, como explicou Espíndola (2001, p. 211):

A marcha, porém, que tomou a revolução nesta comarca, hoje província, consistiu em serem lidas as proclamações; na soltura e liberdade de todos os presos; no desaparecimento de escudo das armas reais das bandeiras e até desfeitos os que existiam pintados ou esculpidos em pedra, e finalmente em mudar-se o tratamento de senhor, Ex<sup>a</sup>, senhoria e mercê por vós, e patriota; porquanto aos 31 de março as Alagoas desligou-se do governo de Pernambuco, por considerá-lo rebelde, e instalou um governo provisório, unindo-se ao da Bahia, e, em seguida reunindo as suas forças de Maceió e Porto de Pedras, marcharam estas para Pernambuco, sendo a primeira que deu este passo.

“A comarca das Alagoas estendia-se por mais de um terço do território da capitania de Pernambuco, com uma população numerosa e uma vasta vida

econômica. Esta parte da capitania, porém ficou estranha à propaganda dos próceres revolucionários", apontou Costa (1967, p. 28). Dessa forma, os habitantes da comarca, especialmente os homens de destaque, ficaram alheios ao que se passava no Recife e, assim, pouco puderam fazer pelo movimento.

As discussões e embates a respeito da emancipação política de Alagoas, no contexto da Revolução de 1817, também se deram no âmbito institucional, entre o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e o Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA). Segundo Buyers (2010, p. 32),

[...] o IAHGP, travestido de IHGB regional, utilizou o prestígio de seus mestres com igual pretensão de estabelecer parâmetros sobre o que "deveria ser ou não ser histórico ou historicizado". Diante das regras impostas, os membros do IAGA ora compactuaram ora se entreveraram com os mestres de Pernambuco, para impedir que o discurso em defesa da honra provincial fosse ignorado e os ícones históricos locais ocupassem um espaço secundário na História da região. (BUYERS, 2010, p. 32).

Ainda de acordo com Buyers (2010), no processo de construção das versões sobre a revolução, os historiadores pernambucanos se apropriaram, de maneira não muito justa, da hipótese não comprovada de Varnhagen acerca da emancipação de Alagoas. Na versão mais branda, a independência da comarca foi interpretada como uma forma de punição do rei aos revoltosos de Pernambuco. Já na versão mais radical, a separação foi interpretada como um prêmio recebido graças à traição aos revolucionários pernambucanos. Dessa forma,

Com a proclamação da República, a versão mais contundente foi enfatizada no discurso da agremiação pernambucana. A emancipação de Alagoas passou a ser alvo de críticas dos radicais do IAHGP. Em última instância, a emancipação virou refém de uma estratégia elaborada para defender a honra de Pernambuco nacionalmente. (BUYERS, 2010, p. 34).

Vale salientar, conforme Carvalho (2015), que a emancipação em 1817 fez surgir um novo ambiente político influenciado pelas instituições criadas pelo estatuto da independência, como o Governo Provincial e o Conselho Geral, que posteriormente seria transformado em Assembleia Provincial. Destaque-se que durante todo o período provincial Alagoas viveu sob o signo da instabilidade, marcada por inúmeros acontecimentos de ordem política e mudanças econômicas.

A Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolução Praieira, em 1848, foram alguns dos principais eventos que agitaram a vida social e política na província nos anos posteriores a sua emancipação; além de muitos outros movimentos populares que ficariam registrados na história provincial, tais como: Mata Marinheiro (1822-1831), Ronco da Abelha (1851-1852) o Quebra-Quilos (1874-1875), e o mais importante deles, a Guerra dos Cabanos (1832-1850), que por anos imobilizou a província.

No que tange as versões apresentadas acerca da emancipação das Alagoas, pode-se afirmar que não se têm evidências suficientes para a confirmação de uma ou de outra versão. Assim, compartilha-se da ideia de Carvalho (2015, p. 148), ao asseverar que a “[...] Revolução Pernambucana gerou um quadro favorável para que as forças monarquistas de Alagoas dessem um passo adiante em sua autonomia política.” Segundo o autor, a “[...] fidelidade do governo da comarca e sua posição antirrepublicana podem não ter sido a causa única da nova capitania, mas, com certeza, colaboraram para a decisão real, antecipando uma medida que seria tomada num futuro incerto” (CARVALHO, 2015, p. 148).

Por fim, é valido ressaltar, conforme Carvalho (2015, p. 152), que a “[...] emancipação política não significou, para Alagoas, capacidade de desenvolvimento autônomo ou de ampliação da vida democrática.” Os relatórios ou falas, como ficaram mais conhecidas, das dezenas de presidentes que passaram pela província revelam que estes possuíam poderes limitados e as eleições eram feitas com base em processos de métodos viciados, que visavam legitimar os mesmos grupos oligárquicos, excluindo assim quase toda a população (CARVALHO, 2015, p. 152).

### 3.2 Refletindo sobre as repercussões do projeto de construção da Nação Brasileira em Alagoas após 1822

Pensar sobre o projeto de construção da Nacão Brasileira e suas repercussões sobre as províncias, especialmente a de Alagoas, passa necessariamente pela discussão do papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Após a emancipação de Portugal, fazia-se necessário construir uma história e uma geografia para o Brasil.

**Figura 4.** Siloegu Brasileiro, antiga sede do IHGB.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 2024.

O IHGB foi criado a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), seus objetivos iniciais, segundo seus Estatutos, era de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”, tendo como missão “preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional”. Segundo Guimarães (2011, p. 115),

Os primeiros estatutos acrescentaram a função de sensibilizar a esfera pública por meio de cursos, palestras e uma revista de publicação regular dedicada às questões históricas e geográficas. O propósito de escrever uma história do Brasil, embora não enunciado explicitamente, no entanto, constituía o pano de fundo de um trabalho documental. A recolha de dados tinha como sentido possibilitar uma “História Geral do Brasil”, sendo o instituto, nas palavras do primeiro secretário, ‘a luz que tiraria nossa história do caos obscuro’.

De acordo com Schwarcz (1993), a fundação em 1838 do IHGB, primeiro instituto histórico e geográfico, está relacionado à lógica do contexto que segue à emancipação política do Brasil.

Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um ‘monarca ilustrado’ e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia (SCHWARCZ, 1993, p. 32-33).

A partir do que já foi exposto e discutido, percebe-se que a atuação do IHGB estava claramente direcionada a construção de uma história e de uma identidade para o jovem país recém-emancipado. Nesse sentido, levando-se em consideração que o IHGB foi o primeiro instituto histórico e geográfico a ser criado, ele servia como modelo para os institutos que estavam surgindo nas províncias, a exemplo da IHGAL. Este foi o segundo criado no âmbito das províncias, antecedido somente pelo IAHGP. Nessa perspectiva, afirma a autora:

Destacada é também a atuação dos institutos históricos, que congregando a elite intelectual e econômica de diferentes províncias e profundamente vinculados ao monarca d. Pedro II, começavam a escrever a história oficial deste jovem país. (SCHWARCZ, 1993, p. 34).

Nesse sentido, o projeto de construção da Nação Brasileira se fez, na província de Alagoas, a partir da atuação do IHGAL e também se fez através dos compêndios de geografia. Nestes era comum a exaltação da nação em discurso de forte tom patriótico. “Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que [...] se dedicasse à exaltação e glória da pátria.” (SCHWARCZ, 1993, p. 135).

“O conhecimento geográfico do país constituía um dos suportes dessa *história nacional*, dando amostras do valor simbólico conferido ao território e à natureza nas representações sobre a nação”, assinala Pereira (2005, p. 114). Assim, as

investigações sobre a história da geografia, no período imperial, mostram-se como caminhos promissores no sentido de entender o papel da geografia no contexto aludido anteriormente.

## CAPÍTULO 4

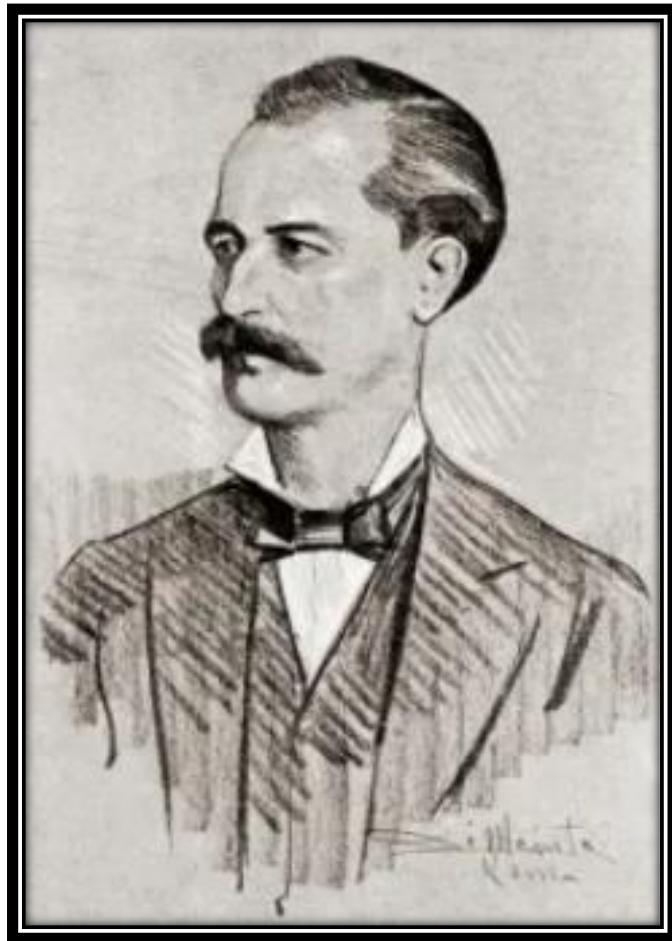
---

***SABER É PODER, PODER É SABER: A MARCANTE PRESENÇA DE THOMAZ DO BOMFIM ESPÍNDOLA NA ALAGOAS PROVINCIAL***

#### 4.1 Thomaz do Bomfim Espíndola: um “homem de sciencia” na província das Alagoas

A figura e a obra de Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) inserem-se em um contexto em que a província das Alagoas vivenciava profundas transformações políticas, decorrentes, sobretudo, de sua emancipação da capitania de Pernambuco, em 1817. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a produção de Espíndola teve um papel-chave na definição e delimitação do território alagoano recém-emancipado.

**Figura 5.** Desenho de Thomaz do Bomfim Espíndola.



Fonte: Site História de Alagoas, 2023.

Nascido em Maceió e graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1853), onde defendeu a tese *Dissertação Acerca da Influência Progressiva da Civilização Sobre o Homem*, Thomaz Espíndola se constituiu em um dos principais intelectuais na Província das Alagoas e do Brasil a partir dos meados do século XIX. Integrou um seletivo grupo de intelectuais alagoanos ligados ao poder senhorial, isto é, à elite política

e econômica dominante, destinados a pensar e a escrever sobre a mesma. Nos dizeres de Lima Júnior (1972, p. 68), Espíndola era

Homem austero, culto, brilhante, de aprimorada educação, exemplar chefe de família, convivendo com os mais destacados elementos da sociedade alagoana, que o estimava e respeitava, sendo, pois, bem recebido em todos os círculos sociais, políticos e culturais, fidalgo, de fino trato, estudioso de tudo quanto se referia e interessava à nossa terra, o Dr. Espíndola viveu cercado pela estima e alta consideração dos alagoanos. Morreu serenamente, com a consciência tranquila, pois cumprira sua missão na Terra e dedicamente servira à sua pequenina Província (LIMA JÚNIOR, 1972, p. 68).

A passagem acima serve não para tecer um comentário elogioso ou exaltar a figura de Espíndola, mas sim para pensarmos como ele era visto e recebido pela sociedade alagoana da época, em especial pelos seus pares ligados a elite. Convém destacar alguns pontos do comentário de Lima Júnior, por exemplo, quando se fala que Espíndola conviveu com os mais destacados elementos da sociedade alagoana e que ele era bem recebido em todos os círculos sociais, políticos e culturais, além de ser estudioso de tudo quanto se referia e interessava à nossa terra. Ressalte-se esses pontos do discurso de Lima Júnior, pois eles expressam muito bem a figura e obra de Espíndola, pontos esses muito pertinentes à presente investigação.

**Figura 6.** Fachada principal da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA.



Fonte: Site da Faculdade de Medicina da Bahia, 2024.

Apesar da sua formação na área médica, Espíndola produziu uma importante e expressiva obra geográfica sobre o território alagoano, a exemplo da primeira edição

do seu escrito intitulado *Geografia física, política, histórica e administrativa da Província das Alagoas*, de 1860. Por seu pioneirismo nesse campo é reconhecido como um dos fundadores da geografia alagoana. Teve destacada participação na ciência e na vida política e administrativa da Província, tendo sido Deputado Provincial e Geral e Presidente Interino da Província em duas ocasiões.

Espíndola ocupou, ainda, importantes cargos na administração provincial, como o de Inspector Geral de Instrução e Inspector de Higiene. No âmbito educacional, foi Professor de Geografia, Cronologia e História no Liceu Alagoano. Foi sócio efetivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano (atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), empossado em 18 de fevereiro de 1870, sendo patrono da cadeira 38 da instituição.

**Figura 7.** Liceu Alagoano.



Fonte: Biblioteca Digital do IBGE, 2024.

Na figura acima, uma imagem do Liceu Alagoano, onde Espíndola foi “Lente Cathedratico de Geographia, Historia e Chronologia”, como o mesmo afirma na contracapa da sua obra *Geographia Alagoana*, de 1871. Quando deputado provincial, envolveu-se na defesa da não extinção do Liceu e da permanência das cadeiras de Geografia e História. Conforme Herculano (2014, p. 50),

Espíndola foi um grande defensor da permanência das cadeiras de Geografia, História e de Língua Inglesa, a fim de que o aluno pudesse melhor aproveitar os estudos em conhecimentos úteis para a vida cotidiana. Entre outros debates sugere a revogação da lei de vitaliciedade dos cargos de diretor e vice da diretoria da instrução pública e dos professores substitutos. Ele fazia defesa da importância dos estudos relacionados ao conhecimento de grande utilidade, segundo ele esse conhecimento seria a Geografia. Sugere também o cumprimento da legislação que determinava o concurso para as cadeiras do liceu, organização e regulamentação das escolas primária e secundária.

Quanto a participação de Espíndola no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, podemos afirmar que se não foi das mais destacadas, também não foi das menos importantes. Espíndola era um homem de destaque na província, de grande vulto intelectual e político, ou seja, tinha o perfil daqueles que faziam parte do IHGAL. E embora tenha sido sócio efetivo da Instituição, nos chama atenção o fato de Espíndola nunca ter publicado na Revista do IHGAL, diferentemente de seus colegas e contemporâneos, a exemplo de João Francisco Dias Cabral. As únicas evidências da participação de Espíndola no IHGAL são as atas de reunião da instituição.

**Figura 8.** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).



Fonte: Silva, P. H. N. 2020.

A partir das informações levantadas, pode-se assegurar que a obra produzida por Thomaz Espíndola foi decisiva para a implantação e, por conseguinte, afirmação da geografia na citada província. O autor se mostrara um homem de posições avançadas à época no que se refere ao conhecimento do território alagoano. Em face a esse quadro de referência, buscou-se investigar a produção geográfica de Thomaz Espíndola à luz do seu tempo-espacó, bem como desvelar seu círculo de afinidades para melhor entender as intencionalidades de sua geografia.

Resgatar a obra produzida por Espíndola é um imperativo no sentido de ampliar os conhecimentos acerca da geografia produzida em Alagoas e no Brasil no período imperial. Sua obra se constitui em um valioso objeto de estudo, cuja pertinência está atrelada, de um lado, ao lugar por ele ocupado na vida política e intelectual da província e, de outro, ao pioneirismo e relevância de sua obra no que tange ao desvelamento da história da geografia em Alagoas.

## 4.2 Um círculo de afinidades para além da ciência

Pensar a história da geografia, seja qual for a escala, requer um esforço de se pensar o contexto da produção e circulação das ideias. Ou seja, faz-se necessário uma abordagem contextual sobre o objeto que se pretende investigar, buscando situá-lo em relação as principais questões da sua época e como estas influenciaram sua obra. Nesse sentido, a abordagem contextual nos termos em que foi delineada por Berdoulay (1999; 2003; 2017) é bastante pertinente. Conforme este autor,

A abordagem contextual, quase sem formalizações como se encontra, serve como uma moldura abrangente para analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o cientista está situado. Desatando os elos que unem a mudança no pensamento geográfico ao seu contexto, estaremos na melhor posição para avaliar, e aprender com, as contribuições criativas de indivíduos notáveis (BERDOULAY, 2003, p. 53).

Nesse sentido, tomando como referência o que afirma o autor, fica evidente a importância de se empreender uma abordagem contextual, onde se analise conjuntamente a lógica interna e externa da produção científica. É nessa perspectiva que se pretende realizar uma abordagem contextual sobre o objeto deste trabalho, evidenciando sobretudo, mesmos que de maneira breve, o seu círculo de afinidades.

Conforme Berdoulay (2003), a formulação de uma abordagem contextual deve estar fundamentada sobre uma série de orientações metodológicas, como as que serão explicitadas a seguir. De início, dois pressupostos devem ser considerados: “o primeiro é o de que existem sistemas de pensamento em mudança, assim como há continuidade de determinadas ideias” (BERDOULAY, 2003, p. 51). O segundo pressuposto é de que não há oposição ou separação radical entre fatores internos e externos da mudança científica. Argumenta Berdoulay (2003, p. 51), que “esses fatores devem ser vistos apenas como dois pontos de um *continuum*, sem nenhuma distinção bem definida.”

“Em segundo lugar, a abordagem contextual não deve desconsiderar nenhuma tendência geográfica, mesmo que algumas delas não tenham sobrevivido”, assinala Berdoulay (2003, p. 51). Para este, o pesquisador não deve atribuir qualquer superioridade intelectual a uma ou outra tendência, pois as razões do insucesso de determinada tendência podem ou devem estar relacionadas a questões sociológicas ou políticas. Em terceiro lugar, afirma Berdoulay (2003, p. 52), “[...] são necessários a

identificação e o estudo aprofundado das principais questões que envolvem uma sociedade, mesmo que algumas delas não pareçam, à primeira vista, ter influenciado a evolução de ideias geográficas.”

Em quarto lugar, considerando que “[...] as tendências geográficas têm alguma base sociológica, é importante não adotar um conceito de ‘comunidade científica’ tão estreito como o encontrado frequentemente na sociologia da ciência” (BERDOULAY, 2003, p. 52). De acordo com Berdoulay (2003, p. 52),

Apenas a identificação de elos entre cientistas não é suficiente para explicar o contexto da pesquisa geográfica ou a existência de diversas tendências. É imperativo colocar maior ênfase em ideologias do que em instituições. Qualquer estudioso pertence ao que pode ser chamado de “círculo de afinidades”, que abrange mais do que uma comunidade científica.

O círculo de afinidades, conforme Berdoulay (2003), pode reunir especialistas de disciplinas ou áreas muitas diversas, como políticos, cientistas e intelectuais, cujas posições sobre as questões sociais mais relevantes são, em geral, bastante conhecidas. Ainda segundo o autor, esta seria “[...] a única forma de analisar as ideias de geógrafos que parecem isolados, mas cujo círculo de afinidades é muito revelador” (BERDOULAY, 2003, p. 52).

“O que é significativo não é tanto a sua falta de contato com uma comunidade de geógrafos, mas as inclinações ideológicas que os colocam em contato com não-geógrafos” (BERDOULAY, 2003, p. 52). Dessa forma, para se compreender as ideias de um geógrafo (ou de qualquer profissional), é preciso que a análise vá além da sua comunidade científica mais próxima, e se busque examinar as relações desse geógrafo com os não-geógrafos; assim, estar-se-á em uma melhor posição para entender o seu pensamento.

As orientações metodológicas de Berdoulay (2003) acerca da abordagem contextual do pensamento geográfico, foram imprescindíveis a elaboração e desenvolvimento deste trabalho. Nas páginas que seguem buscou-se aplicar, ao menos em parte, tais orientações ao objeto da nossa pesquisa.

Thomaz Espíndola, como um típico representante de sua classe social, estudou medicina na renomada Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1853. Em seguida, regressou a sua terra natal e nesta desempenhou um papel de destaque na política e na administração da província, assumindo importantes cargos como os

de Inspetor Geral de Instrução e Inspetor de Higiene, além de ter sido eleito deputado provincial por três vezes (1860-1861; 1864-1865; 1866-1867), chegando a ocupar interinamente a presidência da província em duas ocasiões, mesmo que por curto período de tempo.

Destaque-se, ainda, que a atuação política de Espíndola não se restringiu ao âmbito provincial, pois também foi eleito deputado geral (1878-1881; 1881-1884). Paralelamente a sua atuação política-administrativa, dentro e fora da província, Espíndola destacou-se também como professor de geografia, história e cronologia do Liceu Alagoano. Afora isso, produziu uma expressiva obra sobre a geografia local e geral, compêndios de geografia, que serviam como manuais escolares.

Portanto, pode-se identificar ao menos três dimensões (três esferas) da atuação de Espíndola ao longo da sua trajetória: o médico, o político e o professor. Vale dizer que essas dimensões não se deram isoladamente, mas sim de maneira imbricada. Nesse sentido, nas páginas seguintes buscou-se mostrar, através de algumas evidências, os círculos de afinidades dos quais Espíndola fez parte.

**Quadro 2.** Produção de Thomaz do Bomfim Espíndola (1853-1885)

| Nº | TÍTULOS   |
|----|---|
| 1  | Dissertação acerca da influencia progressiva da civilização sobre o homem. 1853.  |
| 2  | Geografia Física, Política, Histórica e Administrativa da Província de Alagoas. Maceió: Tip. do Jornal de Maceió, 1860.   |
| 3  | Profilaxia do cólera Morbus Epidemico, sintomas, tratamento curativo desta moléstia, dieta, convalescença, considerações gerais e clínicas. Ceará, 1862.  |
| 4  | Relatório da Instrução Pública e Particular da Província das Alagoas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel presidente da província pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1866.  |
| 5  | Relatório com que o Ilm. Sr. Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola, presidente da Câmara Municipal da Capital entregou a administração da Província das Alagoas ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. João Francisco Duarte no dia 6 de agosto de 1867. Maceió: Typographia do jornal – O Progressista, 1867. |
| 6  | Relatório da Instrução Pública e Particular da Província das Alagoas apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. Maceió: 1867.  |
| 7  | Relatório da Instrução Pública e Particular da Província das Alagoas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antônio Moreira de Barros, Presidente da Província, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. Maceió: Typ. do Jornal Alagoano, 1868.  |
| 8  | Descrição das viagens do Dr. José Bento Cunha Figueiredo Júnior ao interior da Província de Alagoas. Maceió, 1870.  |

|    |   |
|----|---|
| 9  | Geografia Alagoana ou Descrição Física, Política, Histórica da Província das Alagoas. 2 ed. Maceió: O Liberal, 1871.  |
| 10 | Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. Maceió: Tip. da Gazeta de Notícias, 1874.  |
| 11 | Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da Província das Alagoas, passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Thomaz do Bom-Fim Espíndola, 1º vice-presidente, em 11 de março de 1878. Maceió: Typ do Liberal, 1878. |
| 12 | Viagem do Presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão a Povoação de Piranhas e Paulo Afonso, Maceió. 1878.   |
| 13 | Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. 2. ed. Maceió: Tip. da Gazeta de Notícias.   |
| 14 | Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola. 3. ed. Maceió: Tip. da Gazeta de Notícias, 1885.   |

Fonte: Barros (2005) e Herculano (2014).

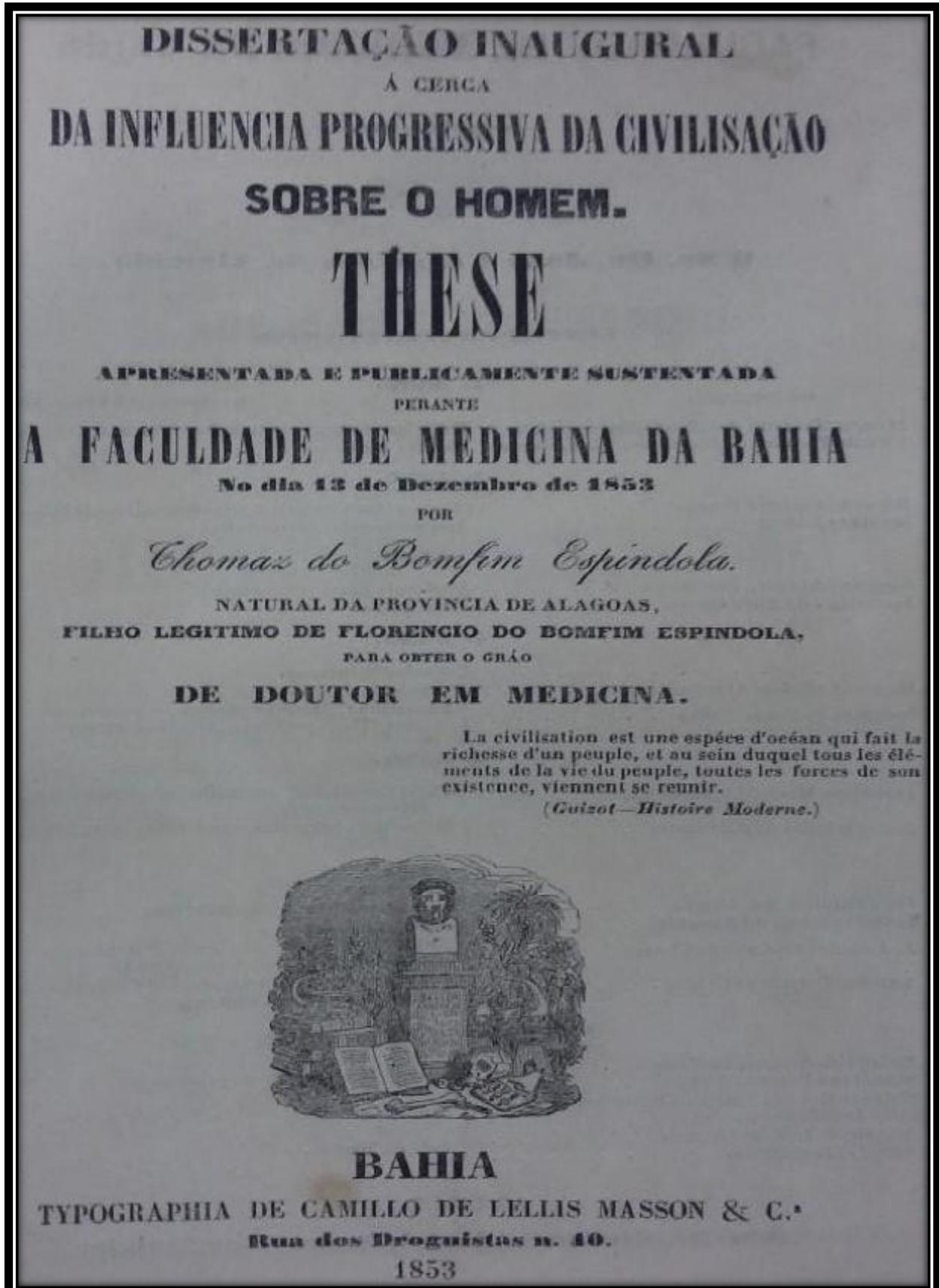
Elaboração: Silva, P. H. N. 2023.

Com base no quadro acima, é possível observar as múltiplas dimensões da obra de Espíndola, que vai desde a escrita da sua dissertação de doutoramento, passando pelos estudos sobre doenças, sintomas e tratamento, compêndios de geografia local e geral (utilizados como manuais escolares), relatórios de instrução e de administração, a descrição de viagens. A obra de Espíndola é extensa e bastante diversa e, sem dúvida, resulta do meio em que vivia e das relações que estabeleceu, dentro da província e fora dela, ao longo da sua trajetória de vida.

A figura a seguir refere-se a capa da tese com a qual Espíndola alcançou o título de doutor em Medicina. Nela consta os seguintes dizeres: “Dissertação Inaugural á cerca da influencia progressiva da civilização sobre o homem. These apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 13 de dezembro de 1853 por Thomaz do Bomfim Espíndola. Natural da província de Alagoas, para obter o grão de Doutor em Medicina”. Segundo Silva (2020, p. 53),

A sustentação pública da tese era organizada em conformidade com o estatuto do curso e servia como requisito para a obtenção do título de doutor. A tese deveria versar sobre três questões, cada uma relativa a cada seção do curso, escolhidas dentre os pontos designados pela Congregação.

Figura 9. Capa da tese de doutoramento de Thomaz do Bomfim Espíndola (1853).



Fonte: Biblioteca Nacional.

Nota: extraída da tese de doutorado de Silva (2020).

Ainda segundo Silva (2020), as teses de doutoramento também apresentavam como problema assuntos relacionados a questões da sociedade, como os temas da moralização e da civilização,

[...] é o caso da tese de Espíndola, cujo tema se encontrava articulado à higiene, mais especificamente à higiene geral, visto a área também recobrir outras modalidades como a higiene do exército, higiene naval, salubridade pública, vacina e estabelecimentos de higiene (SILVA, 2020, p. 53).

No ano em Espíndola se formou, 1853, foram defendidas ao todo quarenta teses que em sua maioria, estavam relacionadas com as áreas de cirurgias, patologias e psiquiátricas, apontou Silva (2020). Conforme a autora,

Dessas teses, treze são da seção de higiene, e onze da subárea higiene geral, onde se encontra a tese de Espíndola. Propriamente no ano de 1853, a preocupação com temas relacionados ao social estava impregnada na Faculdade de Medicina da Bahia. Assuntos como temperamento, libertinagem, moral, educação física, castigo físico, aleitamento, celibato e masturbação, serviam como propulsores da higienização social dos indivíduos. A associação desses temas também mostra o esforço de compreender o ser humano numa dimensão espiritual, intelectual, física e moral (SILVA, 2020, p. 55).

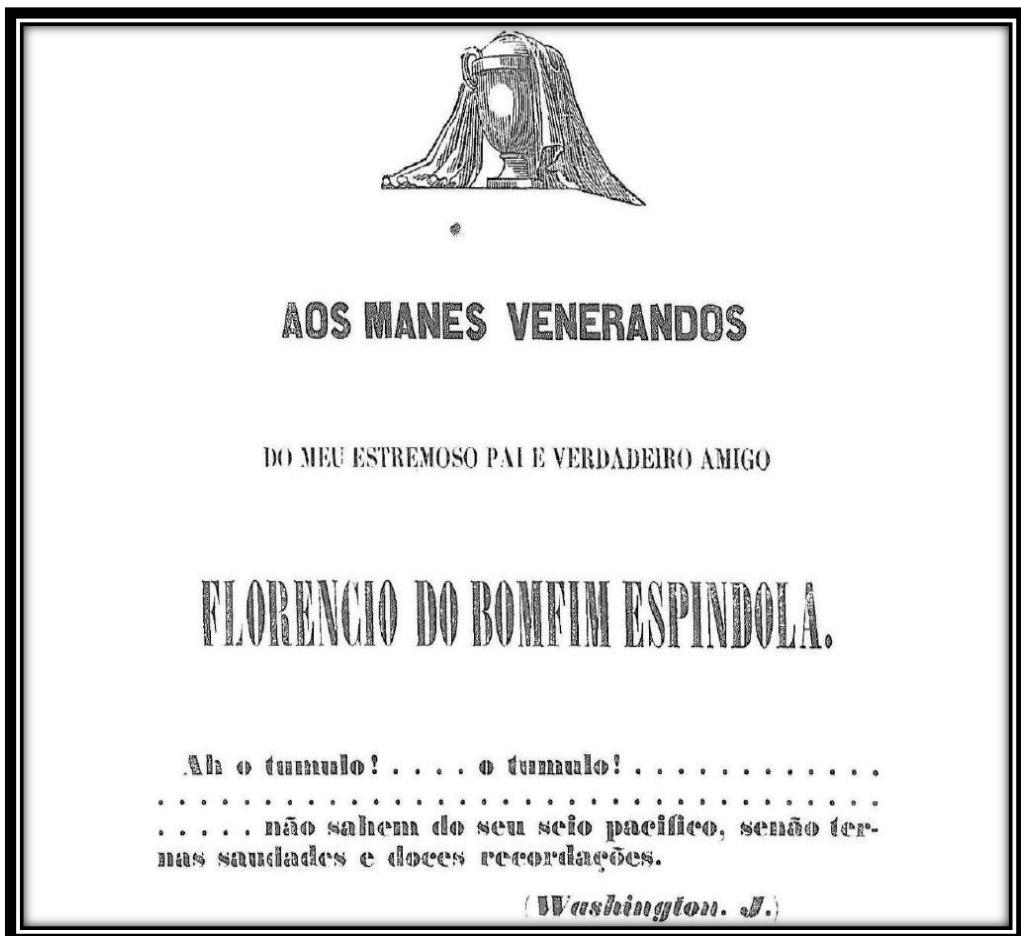
Seguem listados abaixo todos aqueles que, junto com Thomaz Espíndola, formaram-se na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1853, e que provavelmente fizeram parte do seu círculo de afinidades: Antônio Dias Coelho, Aprígio Amâncio Gonçalves, Amancio da Silva Vianna, Ayres de Oliveira Ramos, Américo Marques de Santa Roza, Antônio Agrippino Cordeiro Xavier de Britto, Antônio José Tupinambá, Augusto José Ferrari, Benjamim Constâncio França de Sá, Cândido Ladislau Japiassu Figueirêdo Mello, Cândido José Figueirêdo, Constantino Teixeira Machado, Filisberto Cândido da Silva, Fortunato Cândido da Silva, Hermogenes de Miranda Ferreira Souto, Júlio César da Silva, José Freire Maia Bittencourt, José Antônio de Freitas, José Leite de Mello Pereira, José Augusto de Souza Pitanga, José Marcelino de Mesquita, João Albano de Souza, José dos Santos Correia Pinto, Joaquim José de Araújo Filho, Joaquim Esteves da Silveira, Joaquim Thelesforo Ferreira Lopes Vianna, João Garcêz dos Santos, João Honório Bezerra de Menezes, Manoel Martins Alves, Manoel Bernardino Bolívar, Manoel Joaquim Rodrigues de Macêdo, Marinovis de Freitas Britto, Nuno Freire Maia Bittencourt, Pio Aducci, Polycarpo Antônio Araponga do Amaral, Pedro Joaquim dos Santos, Sinfrônio César

Coutinho, Sulpricio Geminiano Barrôso, Symphronio Olympio Alvares Coelho, Trajano de Souza Velho, Thomaz Wright Hall.

É importante destacar, ainda, a epígrafe utilizada por Espíndola na capa da sua tese, onde cita, em francês um pequeno, mas significativo trecho da obra *História Moderna*, de Guizot: “La civilisation est une espéce d'océan qui fait la richesse d'un peuple, et au sein duquel tons les éléments de la vie du peuple, toutes les forces de son existence, viennent se reunir”. Traduzindo para o português: “A civilização é uma espécie de oceano que constitui a riqueza de um povo, e no qual todos os elementos da vida do povo, todas as forças da sua existência, se juntam.”

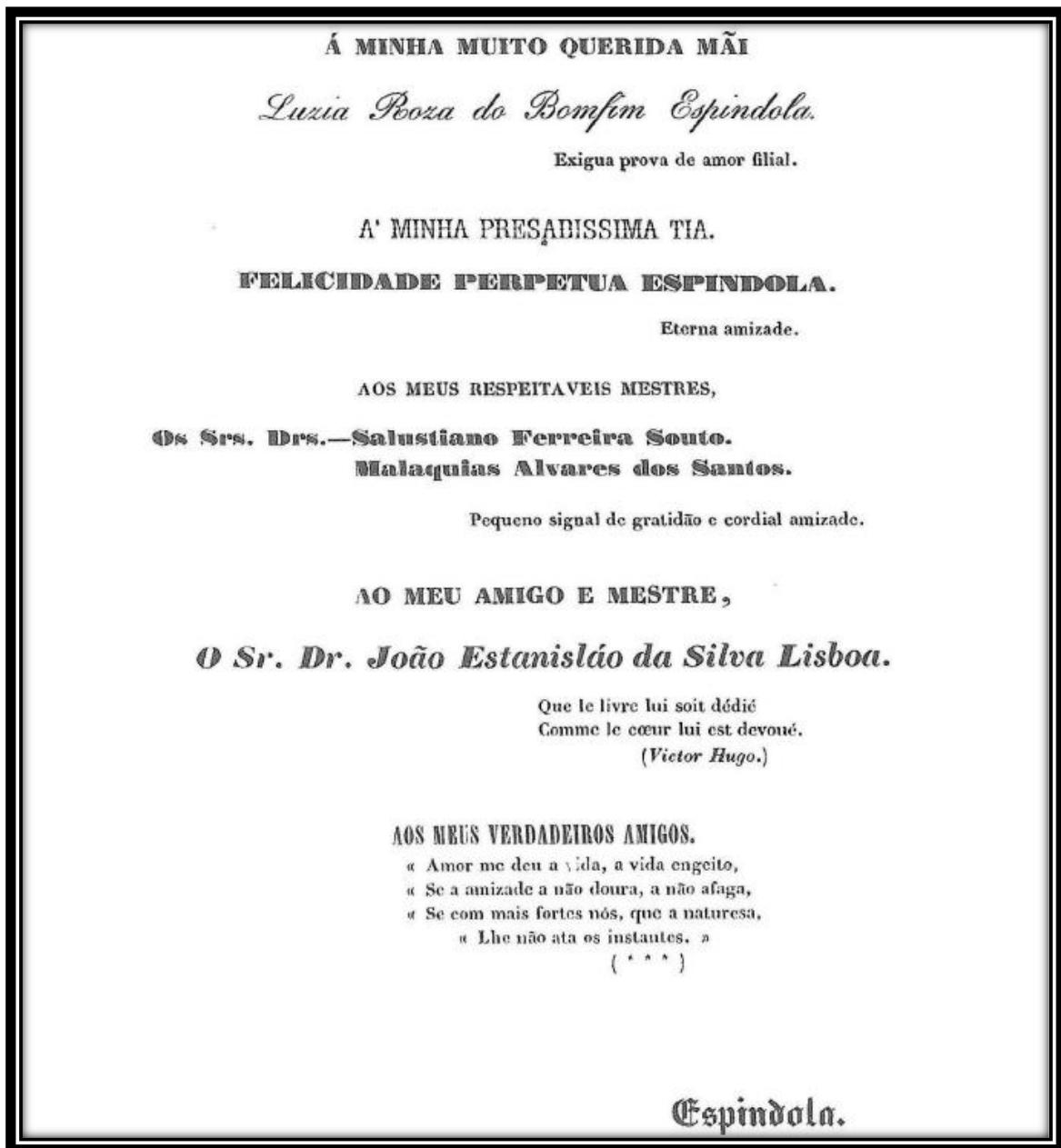
Infere-se, assim, que o autor privilegiou em sua tese a discussão sobre civilização, estando este conceito intimamente ligado a ideia de progresso. É no sentido de interpretar como tais conceitos, que aparecem na obra de Espíndola, que os trabalhos de Herculano (2014), Vilar (2017) e Silva (2020) mostraram-se valiosos.

**Figura 10.** Contracapa da tese de doutoramento de Thomaz do Bomfim Espíndola



Fonte: Biblioteca Nacional.  
Nota: extraída da tese de doutorado de Silva (2020).

Figura 11. Agradecimentos.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Nota: extraída da tese de doutorado de Silva (2020).

As duas figuras mostram a contracapa da tese de Espíndola e a folha de agradecimentos da mesma. Na primeira, Espíndola expressa saudade e exaltação para com o seu pai, Florencio do Bomfim Espíndola. Nos agradecimentos, o nome da mãe, Luzia Roosa do Bomfim Espíndola, e o da tia, Felicidade Perpetua Espíndola, são lembrados. Ainda nos agradecimentos constam os nomes dos Srs. Drs. Salustiano Ferreira Souto, Malaquias Alvares dos Santos e, em destaque, Espíndola agradece ao seu “amigo e mestre”, o Sr. Dr. João Estanisláo da Silva Lisboa.

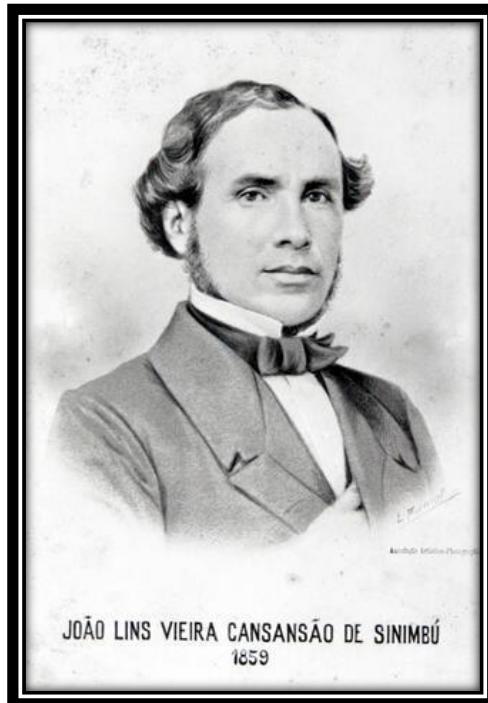
Convém destacar a relação de Espíndola com João Estanislao da Silva Lisboa, pois este teve uma atuação importante no campo da geografia, e isso muito nos interessa. Silva Lisboa foi professor de geografia, chegando a publicar em 1877 um livro didático de geografia, intitulado “Atlas elementar de geografia”. De acordo com Sousa e Vaz (2023, p. 5),

[...] o governo da província da Bahia solicitou ao seu ex-professor de Geografia, João Estanislau da Silva Lisboa, que viajasse para a Europa a fim de publicar um atlas escolar também para uso nos liceus. Silva Lisboa chegou ao Velho Mundo quatro anos após o fim da Guerra Franco-Prussiana, encontrando um ambiente de interesse renovado pela Geografia [...].

Ainda segundo Sousa e Vaz (2023), a obra de Silva Lisboa foi amplamente aceita e aprovada para uso em diversas províncias, inclusive na de Alagoas. Em vista do que foi dito anteriormente, podemos afirmar que o conhecimento da relação de amizade entre Espíndola e Silva Lisboa é um importante indicativo do círculo de afinidades que envolve esses intelectuais e o interesse pela geografia.

Como já se sabe, Thomaz Espíndola teve uma destacada atuação no campo político, tanto na província como fora dela, tendo sido eleito três vezes deputado provincial e duas vezes deputado geral, todas as vezes correndo pelo partido liberal da província. Nesse sentido, convém destacar aqui as relações de Espíndola com uma importante e expressiva figura do Império e do partido liberal, falo do Senador João Lins Veira Cansanção de Sinimbú (ou Visconde de Sinimbú).

**Figura 12.** João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú



Fonte: Arquivo Digital do Senado Federal, 2024.

Durante a pesquisa documental empreendida nos arquivos públicos e privados de Alagoas, especialmente no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, identificou-se um ofício remetido de Thomaz Espíndola para o Conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, com a data de 17 de abril de 1868, Maceió. O ofício tinha como assunto principal a reorganização do partido liberal na província, conforme observa-se abaixo:

**Figura 13.** Transcrição do Ofício de Thomaz Espíndola para João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú

Maceió 17 de 10br.<sup>o</sup> de 1868

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sen. Conselheiro João Lins Vieira Cansansão do Sinimbú.

Saúde e muitas felicidades.

Meus protestos de respeito, estima e alta consideração à Ex.<sup>ma</sup> familia.

Estas linhas dirijo a V. Ex. com o fim de comunicar a V. Ex. que estou de acordo com os meus patrícios e amigos na resolução que tomaram de reorganizar o partido liberal desta província, cujos destinos com muito acerto confiaram a V. Ex. E pois pode V. Ex. contar com os meus francos serviços para essa grande obra política com toda franqueza, dedicação e lealdade.

Digne-se V. Ex. de dispor como lhe [...] de quem tem a distincta honra de [...],  
como sempre, de –

V. Ex. am.<sup>º</sup> sincero, m<sup>zo</sup>  
s.<sup>or</sup> obrg.<sup>mo</sup> e c.<sup>º</sup>

D.<sup>r</sup> Thomaz do Bom-Fim Espíndola

Fonte: IHGAL, 2020.

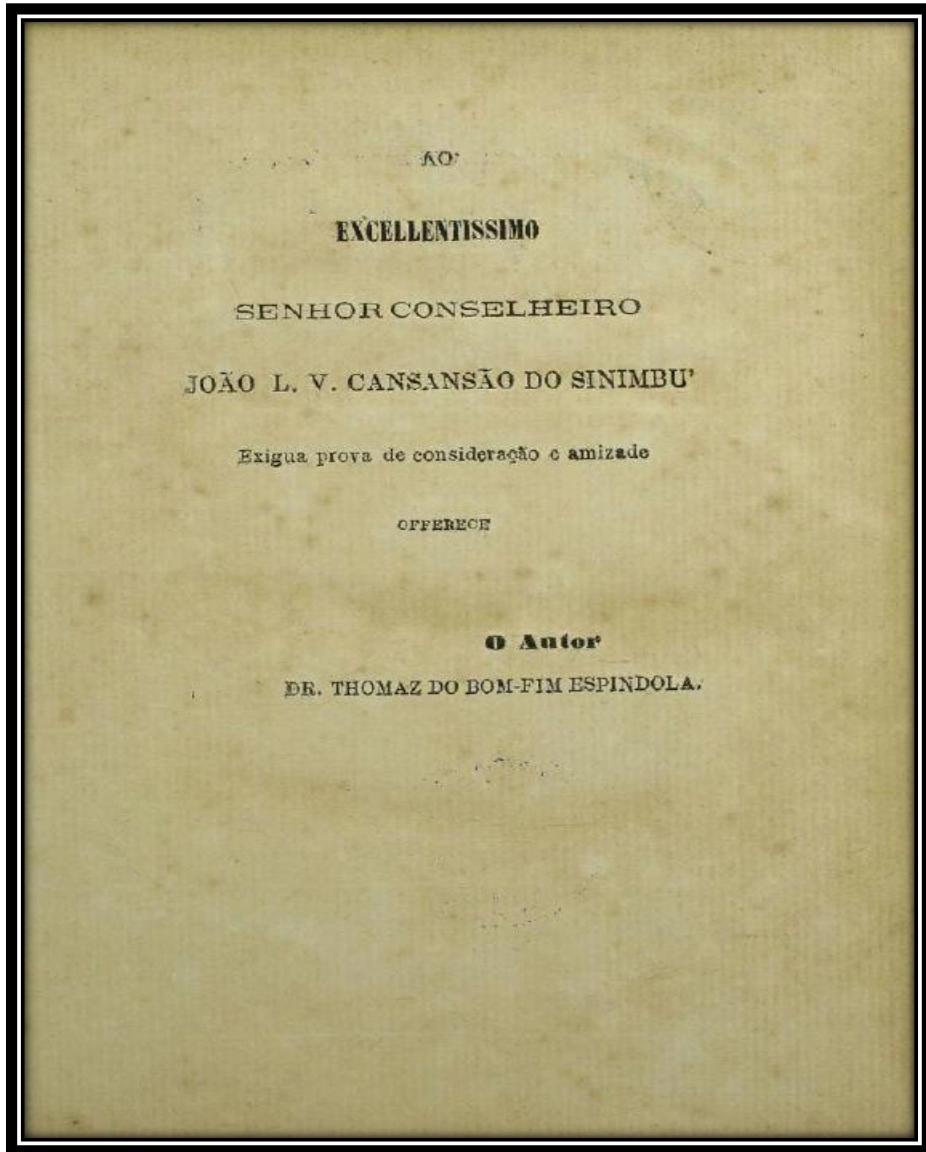
Nota: Transcrito por Silva, P. H. N. 2020.

Ainda discorrendo sobre as relações de Espíndola e Sinimbú no âmbito do Partido Liberal, em uma matéria do jornal *O Liberal*, do qual Espíndola era o principal redator, constata-se a ocorrência de uma reunião do partido liberal que aconteceu no dia 16 de janeiro de 1869, na cidade de Maceió, em que se reuniram mais de 300 pessoas. Um trecho da matéria mostra-se particularmente interessante:

Fôra logo aclamado presidente um dos primeiros e mais respeitáveis vultos a do paiz, o Exm. conselheiro Cansanção de Sinimbú, = que assumindo a cadeira presidencial, em um eloquente e tocante discurso expozera a causa d'aquelle nobre reunião, convidando todos os membros do partido da oposição para unanimes velarem na quadra das leis e reagirem contra os abuzos inauditos do partido conservador, que marcha a passos largos á corromper todas as vossas bellas intenções. (*O LIBERAL*, 20 fev. 1869, p. 4).

A partir do trecho extraído da matéria do jornal citado, observa-se, na visão de Espíndola, a importância de Sinimbú para a organização Partido Liberal, sobretudo na luta contra o Partido Conservador. Mas não é só em *O Liberal* que Espíndola teceu comentário elogioso sobre a figura de Sinimbú. A figura a seguir, mostra a dedicatória da famosa obra de Espíndola (*Geographia Alagoana*, 1871) onde o autor expressa a sua admiração por Sinimbú.

**Figura 14.** Dedicatória da obra *Geographia Alagoana 1871* de Thomaz Espíndola



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Guita e José Mindlin, 2019.

Como se pode observar, Espíndola dedica a sua principal obra, ou pelo menos a que ficou mais conhecida, ao Conselheiro Sinimbú, dizendo: “Ao excellentíssimo senhor Conselheiro João L. V. Cansansão do Sinimbú exigua prova de consideração e amizade offerece o autor Dr. Thomaz do Bom-Fim Espíndola”. Na mesma obra, quando Espíndola está descrevendo os municípios da província, expressa mais uma vez a sua admiração pelo Conselheiro Sinimbú:

Esta cidade [S. Miguel de Campos] é muito notável pelo espirito de patriotismo de seus habitantes; pelo que se tem celebrado nas memoraveis epochas da historia nacional: é ella a patria do distincto estadista e parlamentar – o exm. conselheiro João Lins Vieira

Cansansão do Sinimbú –, primeiro, e até hóje o unico alagoano que tem sido chamado aos consêlhos da Corôa e cujo peito (sem lisonja) e o de Carvalho Moreira pelas muitas e honrosas condecorações nacionaes e estrangeiras que os ornam se constituem duas formosas constellações que brilham nas proximidades do equador brasileiro; é ella ainda a patria dos illustres pai e irmãos d'aquelle conspicuo varão – capitão Manoel Vieira Dantas, barão de Jequiá – Coronel Manoel Duarte Ferreira Ferro –, de mui saudosa memoria, e Francisco Frederico Vieira da Rocha, chefes, nesta província, da revolução de 1824. (ESPÍNDOLA, 1871, p. 220-221).

Destaque-se o trecho em que Espíndola aponta Sinimbú como um “[...] distinto estadista e parlamentar [...], primeiro, e até hóje o único alagoano que tem sido chamado aos consêlhos da Corôa”. Daí a importância de Sinimbú no cenário político, pois era um homem do império, com trânsito livre nos diferentes meios. Nesse sentido, inferimos que a proximidade com Sinimbú foi importante para as pretensões políticas de Espíndola.

Vale destacar, ainda, uma matéria do jornal *Diário das Alagoas*, de 19 de julho de 1861, na qual Espíndola fala ao presidente da província, argumentando sobre a grande utilidade da geografia, inclusive defendendo o seu ensino no Liceu Alagoano.

Senhor presidente, tratando de demonstrar a grande utilidade da geographia, disse-o o dr. Pompeo, e disseram muitos outros litteratos: “Assim como a historia nos faz contemporâneos de todos os sucessos e de todos os grandes homens, a geographia nos faz cosmopolitas ou concidadãos de todos os povos: Ella é peristilo dos conhecimentos humanos, a porta que dá entrada para o mundo civilizado. E Cousin disse-o: - Dái-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e toda a sua geographia physica; informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia &c.; e eu me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem desse paiz e que lugar gozará na historia, não accidental, mas necessariamente, não em tal época, mas em todas as épocas; enfim a Idea de que este paiz é destinado a representar”. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 19 jul. 1861).

Chamamos a atenção aqui para a citação que Espíndola faz do dr. Pompeo acerca da importância da geografia. O dr. Pompeo na verdade seria Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu, como era conhecido), que foi professor de geografia e história no Liceu do Ceará, tendo produzido um compêndio de geografia em 1864, intitulado *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*. O Senador Pompeu também foi um importante representante do partido liberal no império. De acordo com Herculano (2014), as obras de Espíndola e Souza Brasil guardam profundas similaridades, especialmente no que se refere ao método dialogístico utilizado nas obras.

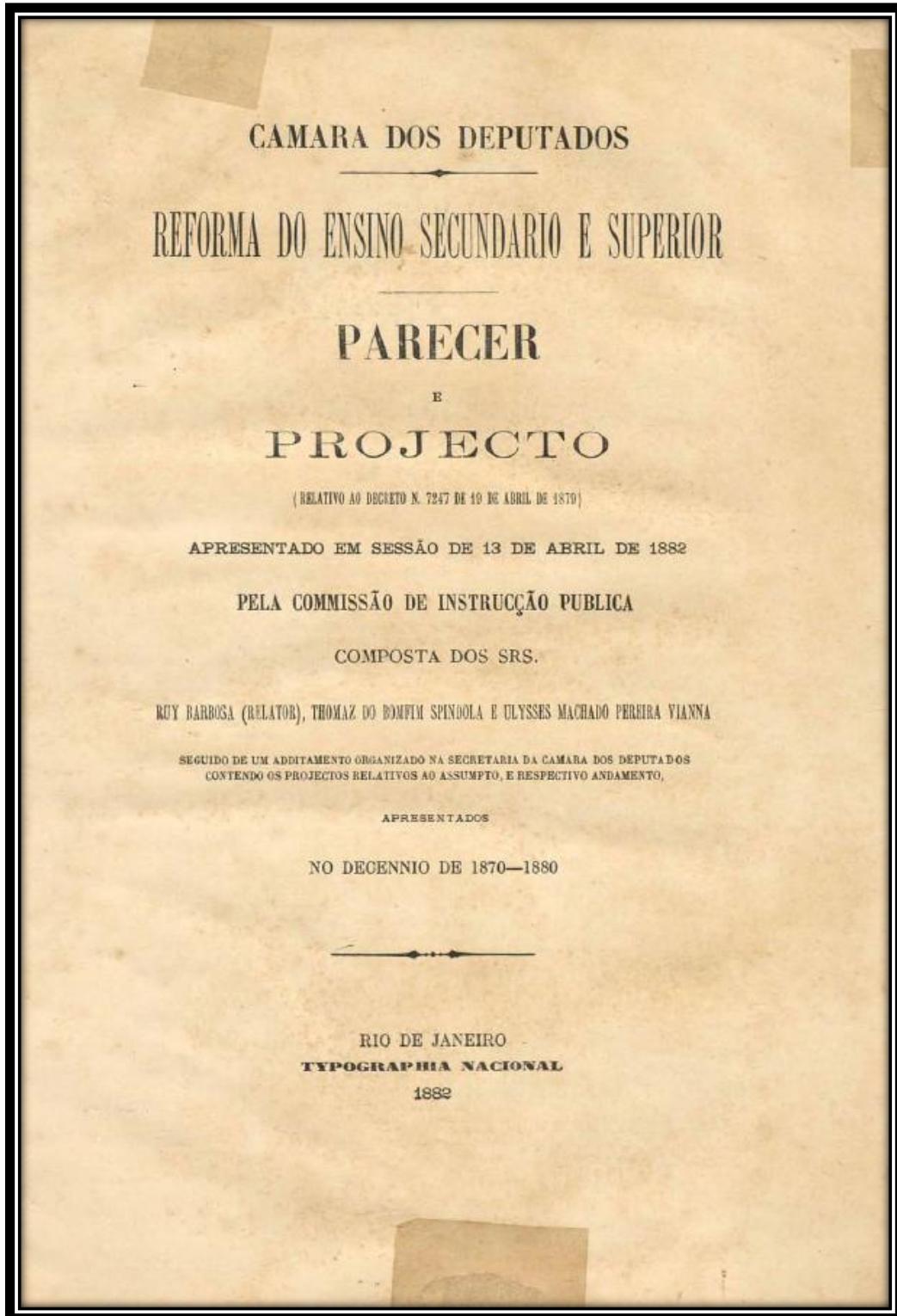
Caminhando para o fim deste item do trabalho, faz-se necessário explicitar, brevemente, as relações de Thomaz Espíndola com Rui Barbosa e Ulysses Vianna, quando da elaboração dos pareceres das reformas do ensino secundário e superior (1882) e do ensino primário (1883). Vale dizer que os autores citados eram todos deputados pelo partido liberal, possuindo assim, ao menos em tese, visões e interesses em comum no que tange as necessidades de reforma do campo educacional, nos seus diferentes níveis.

De acordo com Silva (2020), Espíndola, juntamente com Rui Barbosa e Ulysses Vianna, “[...] se empenharam em um projeto de modernização da educação para o país por meio de uma ampla organização no ensino”. Ainda segundo Silva (2020, p. 293),

Os estudos que os deputados Espíndola, Barbosa e Vianna vinham realizando sobre a reforma do ensino primário, secundário, superior e demais instituições educativas, desde junho de 1880, quando foram designados a comporem a comissão de Instrução Pública na Câmara dos Deputados, pedia uma grande urgência. Tinha-se a necessidade de serem aplicados o quanto antes nas escolas, a partir da renovação de métodos e professores, pois os que estavam em vigor, segundo os pareceristas, inabilitavam o processo de ensino e aprendizagem.

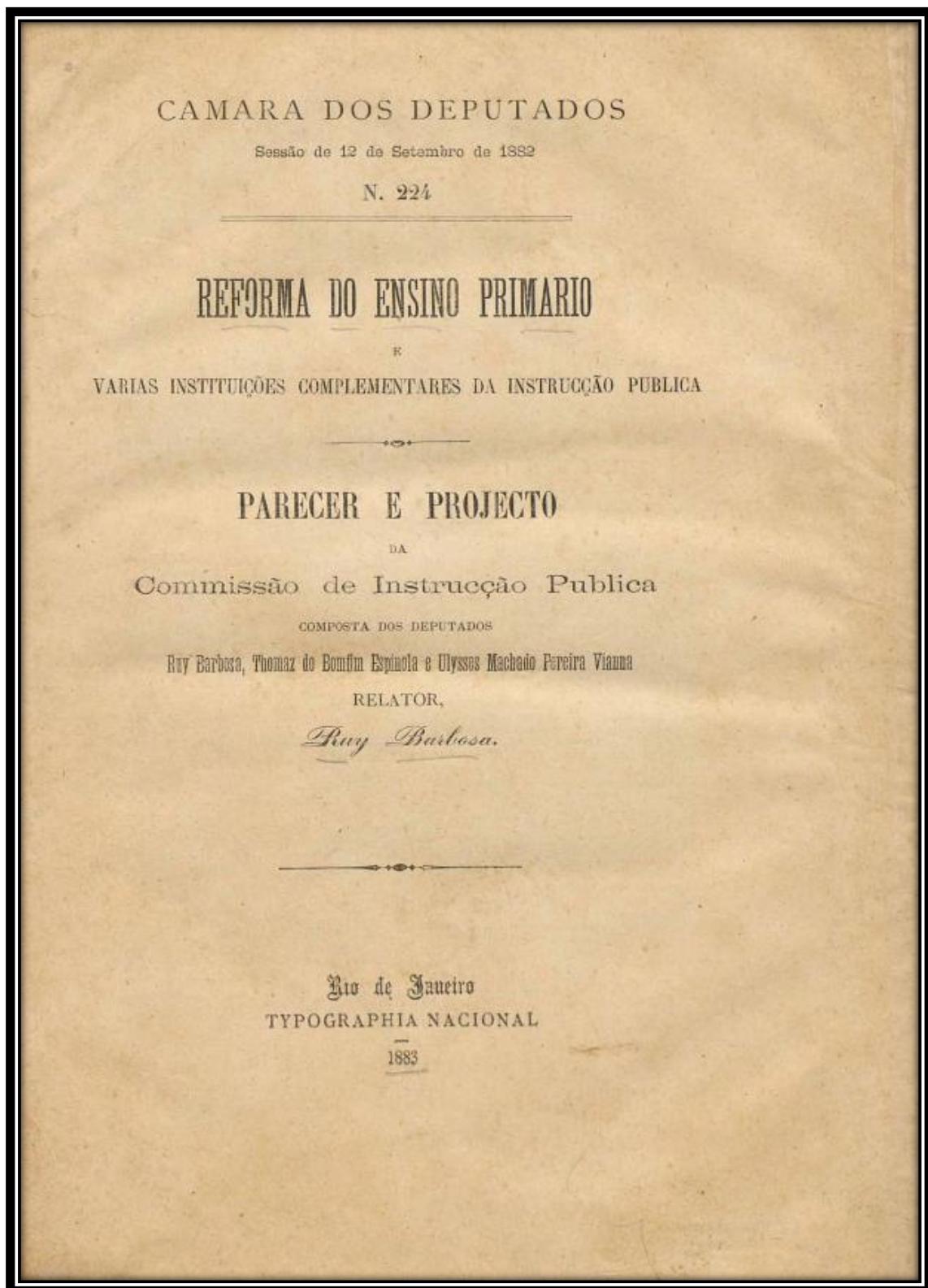
As figuras que seguem nos mostram as contracapas dos pareceres das reformas. Embora Rui Barbosa tenha ficado mais conhecido pelas reformas, já que era relator, não se deve ignorar as contribuições de Thomaz Espíndola e Ulysses Vianna.

**Figura 15.** Contracapa da Reforma do Ensino Secundário e Superior de Ruy Barbosa (1882)



Fonte: Biblioteca Digital do Senado, 2024.

Figura 16. Contracapa da Reforma do Ensino Primário de Ruy Barbosa (1883)



Fonte: Biblioteca Digital do Senado, 2024.

Com base no que foi mostrado e discutido neste item do trabalho, pode-se afirmar que Thomaz Espíndola não pertence uma comunidade científica restrita, mas sim a um círculo de afinidades, conforme a ideia de Berdoulay (2003). Ou seja, a teia

de relações na qual ele esteve inserido vai muito além da ciência de sua época, pois estabeleceu relações múltiplas e diversas com figuras de diferentes campos, sobretudo políticos e intelectuais, que certamente estavam envolvidos com as principais questões do seu tempo.

## CAPÍTULO 5

---

**“GEOGRAFIA ALAGOANA OU DESCRIÇÃO FÍSICA, POLÍTICA E HISTÓRICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS”: A ESCRITA DO PODER NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DE THOMAZ DO BOMFIM ESPÍNDOLA**

## 5.1 Um olhar a partir dos compêndios de geografia alagoana

A formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar e a escrever a história de Alagoas passa, inelutavelmente, pela malha do poder de mando da província, aponta o historiador Luiz Sávio de Almeida (2004). Desse modo, tomando seu pensamento como ponto de partida, é possível inferir que a historiografia alagoana<sup>5</sup> produzida no século XIX é um reflexo da relação umbilical mantida entre a intelectualidade e o poder. Em outras palavras, trata-se de uma produção histórica e socialmente marcada pelos interesses da classe política dominante.

Nesse sentido, vale elucidar que a primeira metade do século XIX constitui um período bastante significativo para Alagoas, pois, recém-emancipada da capitania de Pernambuco, em 16 de setembro 1817, passava-se da condição de comarca para capitania independente. Entendia-se, pois, que era preciso construir uma imagem autônoma e diferencial de Alagoas frente as demais províncias, sobretudo a de Pernambuco. Assim, segundo Lindoso (2005, p. 36):

Só no final da primeira metade do século XIX inicia-se um ciclo de representação da imagem autônoma da Província na escrita. Esse ciclo se constitui por meio da elaboração consciente de opúsculos e esboços que buscavam representar a realidade provincial por meio de uma imagem homogênea e configurada, que refletia as condições do espaço físico, o homem, a produção, a organização administrativa e as vicissitudes da vida histórica numa escrita de representação.

Dessa forma, é preciso proceder a uma verdadeira dissecação dessa produção historiográfica alagoana, pensado as questões significativas e o modo como estas devem ser abordadas a fim de auferir resultados satisfatórios. Aqui interessa, sobretudo, caracterizar a geografia produzida dentro dessa historiografia, examinar o seu conteúdo, que é explicitamente político. Nessa perspectiva, de acordo com Moraes (2005, p. 14),

[...] o estudo da história do pensamento geográfico ultrapassaria em muito os discursos do campo disciplinar, tendo como meta explícita analisar os temas geográficos presentes em outros tipos de representações discursivas (na literatura, nos discursos políticos e, mesmo, em outras disciplinas acadêmicas). Animava tal visão o entendimento de que – no Brasil – as mais eficazes ideologias geográficas não se apresentaram sob a rotulação explícita de “geografia”, e circunscrever as análises aos textos gerados no âmbito

---

<sup>5</sup> De acordo com Almeida (2004, p. 8), “[...] trata-se de uma produção alagoana voltada para o que se consagrou como a História de Alagoas.”

disciplinar redundaria em perder os mais importantes discursos norteadores da produção do espaço brasileiro e da própria produção das representações hegemônicas deste espaço. Sair da geografia (*stricto sensu*) era, assim, uma estratégia teórico-metodológica explícita (MORAES, 2005, p. 14).

Desse modo, a análise do pensamento geográfico não deve restringir-se meramente aos discursos do campo disciplinar, visto que as mais eficazes ideologias geográficas que circularam no Brasil não se apresentaram sob o rótulo “geografia”. Para Moraes (2005b), a rotulação deve ser sempre secundária, importando o exame do conteúdo político-ideológico dos discursos difundidos pelos diversos veículos: instituições, autores, obras, etc.

Sabe-se que antes da institucionalização da geografia no Brasil, ocorrida na década de 30 do século passado, não havia cursos superiores que formassem profissionais em geografia. Desse modo, se incumbiam da tarefa de ensinar geografia os bacharéis em direito, médicos, engenheiros que, em geral, pertenciam a elite política da época. Esse é o caso de Thomaz Espíndola, que apesar de ser médico de formação, foi professor de geografia e produziu uma importante obra na área.

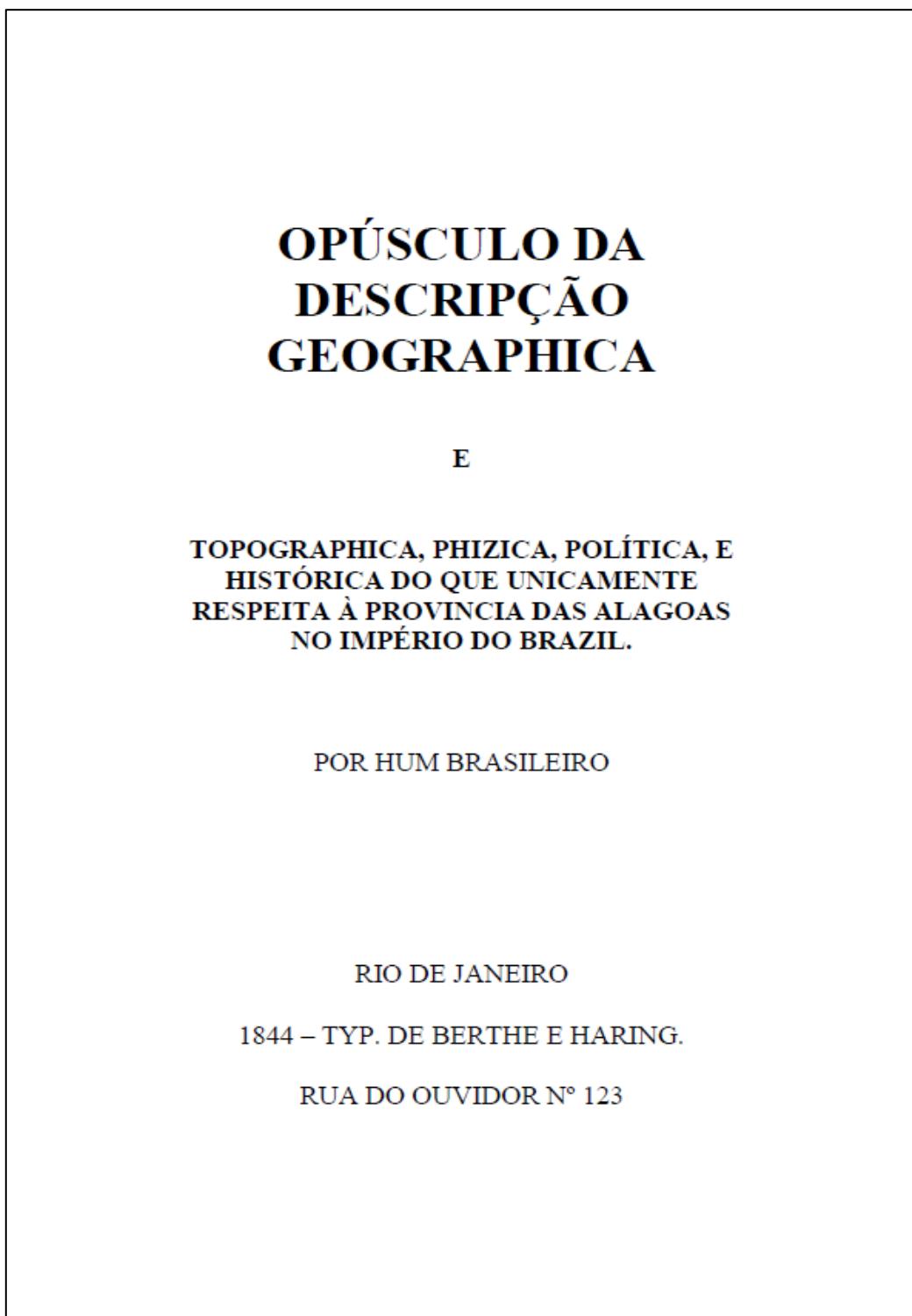
O destaque acima é justificado no sentido em que, durante muito tempo, trabalhou-se, em história da geografia, com a ideia de que o foi produzido antes da institucionalização universitária da geografia seria uma pré-ciência, uma pré-geografia. Essa ideia precisa urgentemente ser superada, pois assim permanecendo se deixará de investigar obras, autores e instituições que em pleno século XIX já estavam produzindo geografia em consonância, inclusive, com a geografia produzida pelos europeus.

Buscar-se-á, nas páginas que se seguem, proceder a uma revisitação e análise de dois compêndios de geografia alagoana. O primeiro, em 1844, e o segundo, em 1871. O ano de publicação desses compêndios justifica a periodização desta dissertação.

O primeiro compêndio trata-se do *Opúsculo da descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à Provincia das Alagoas no Império do Brazil*, publicado em 1844 e assinado anonimamente por *Hum Brasileiro*, se constitui na primeira história e na primeira geografia de Alagoas. Embora o nome do seu autor não apareça, a obra tem sua autoria atribuída, segundo historiadores como Duarte (1945) e Lindoso (2005), ao ex-presidente da província

Antonio Joaquim de Moura, mas ainda não se tem a confirmação a esse respeito, pois não existem evidências.

**Figura 17.** Capa do compêndio *Opúsculo da Descripção Geographica* de 1844.



Fonte: Moura, 1844.

**Figura 18.** Sumário do compêndio *Opúsculo da Descripção Geographica* de 1844.

|  |           |
|--|-----------|
| <b>DEDICATORIA.....</b>  | <b>6</b>  |
| Provincia das Alagôas.....                                       | 7         |
| Limites.....   | 8         |
| Portos e Ancoradouros.....                                       | 9         |
| Natureza do Paiz.....  | 12        |
| Rios.....  | 14        |
| Serras e Montanhas.....  | 18        |
| População.....   | 21        |
| Cultura e criação.....   | 21        |
| Braços de trabalho.....  | 22        |
| Commercio.....   | 23        |
| Exportação.....  | 24        |
| Salubridade.....   | 25        |
| Divisão civil e política.....                                    | 26        |
| Descripção das Cidades e Villas, e das Povoações e Arraiaes..... | 28        |
| <b>PRIMEIRA PARTE.....</b>                                       | <b>54</b> |
| <b>SEGUNDA PARTE.....</b>  | <b>57</b> |
| Presidentes que lhe succederão.....                              | 59        |
| <b>PROTESTO.....</b>   | <b>60</b> |

Fonte: Moura, 1844.

Elaboração: Silva, P. H. N. 2023.

O compêndio de Moura trata-se de uma obra pequena, possuindo ao todo 57 páginas, estruturadas de maneira bastante simples (conforme demonstrado na figura acima), sugerindo não haver, por parte do seu autor, uma preocupação no nível formal com uma sistematização dos conhecimentos sobre a geografia da província.

Vale destacar, ainda, que o compêndio de Moura se caracteriza por um discurso profundamente descriptivo, de exaltação da natureza e de aviltamento das contradições sociais, típico das obras que daí para frente seriam produzidas acerca da província, como se pode observar na passagem que segue:

Esta Provincia das Alagôas he eminentemente pingue; o seu terreno gordo, e argiloso, he na maior parte coberto por soberbas florestas, de primorosas madeiras; de excellentes qualidades; não só para edificios, e marcinaria, senão e mui positivamente para a construção de

marinha; he farto de aguas, porque o Rio de S. Francisco perennemente o refresca do lado sul, e muitos rubeiros, arrois e vertentes a festelizão por toda a parte; para que muito contribuem as trez grandes lagôas que dão o nome à provincia; isto he Lagôa de Jequiá no municipio de S. Miguel com três leguas de comprimento, e mais de meia de largura; a lagôa Manguaba no município da cidade das Alagôas, com cinco leguas de comprimento, e huma de largura; e a Lagôa do Norte entre o município de Maceió, e o de S. Luzia; he puco menor em comprimento e largura, que a Manguaba (MOURA, 1844, p. 12-13).

Trata-se, pois, de uma descrição minuciosa da província e da sua gente, evidenciando sobremaneira a riqueza e a abundância de seus recursos naturais, fazendo elidir sobre os aspectos humanos e sociais da província. Todavia, esse discurso não deve ser matéria gratuita ou mesmo desinteressada. Pelo contrário, constitui um discurso de defesa e exaltação para a classe política dominante, e de condenação a qualquer força que possa constituir um ameaça ao *status quo* da província. Assim, de acordo com Lacoste (2012, p. 23, grifo do autor),

A geografia, enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar de “físicos”, como sob suas características econômicas, sociais, demográficas, políticas (para nos referirmos a certo corte do saber), deve absolutamente ser recolocada como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho de Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra.

Desde ângulo, observa-se a natureza do discurso proveniente do *Opúsculo* de 1844 como revelador do contexto político-social da época em que foi escrito. Nessa direção, segundo Dirceu Lindoso (2005, p. 27-28), “O discurso descritivo tem o papel de inteligir os valores como parte da normalidade social, de um modo que elida suas contradições ou as represente como não fazendo parte da linguagem codificada da cultura.” Emerge daí uma geografia de representação do poder, representativa dos interesses da classe política dominante. Logo, tal discurso geográfico tem como finalidade a justificação da dominação de uma classe por outra.

Como uma forma de representação desse discurso de poder na província de Alagoas, é possível observar a maneira como o autor do *Opúsculo* de 1844 se refere à classe burguesa, que emergira naquele momento:

[...] os capitalistas são os verdadeiros musculos do corpo social que nutrem o commercio, animão a cultura e promovem a industria, e as artes; e que impulso não darião aqui aos estaleiros que ha, sendo a provincia tão abundante de madeiras da primeira escolha? (MOURA, 1844, p. 23-24).

Por outro lado, quando o autor narra alguns acontecimentos decorrentes da Guerra dos Cabanos (1832-1835) o discurso adquire um tom condenatório, como se pode observar na passagem seguinte:

Horriveis e barbaras represalias ahi vem cobrir a todos de lucto! Dahi datão os medonhos acontecimentos desta desgraçada luta... constou logo, que os Cabanos suprehendendo a trez moços de familia ilustre, em o seu engenho, os queimarão vivos, depois de os pendurar em huma trave do engenho com grande fogo por baixo!... Mas de bons engenhos bem fabricados forão arrazados, e reduzidos a cinzas!... e a sua escravatura roubara para della fazerem a phalange dos *Papa usis*, legião de demônios com figura humana e côr escura! A penna repugna continuar a exposição inaudita dos acontecimentos; forão horrores sobre horrores, barbaridades de que os Cabanos forão humas vezes agentes, e outras, por seu turno, paciutes!... esta matilha de feras deshumanas mui bem armada (\*) e mais conheedora das localidades e seus recursos; allicita a privações, fazião a guerra de postos, e só de surprezas, não se demoravão em lugar algum (MOURA, 1844, p. 55).

Ao finalizar o seu compêndio no tópico que intitulou de *Protesto*, Moura (1844, p. 61) declara:

Outros mais habilitados que eu, desenvolverão as ideias apenas bosquejadas, e farão outro tanto sobre as de mais Provincias, que ha muito que se lhe diga... Acreditaí-me, leitores, que sobre singelo sou sincero. Se achardes tudo isto fútil, He por que de certo vos achaes mais bem instruídos de facto e de direito. Cumpri com o vosso dever, emendaí meus erros, fazendo-o melhor; que muito vos agradeceremos todos os Brasileiros que temos filhos para educar.

Nessa mesma perspectiva, em 1871 é lançada a obra *Geographia Alagoana*, de Thomaz do Bomfim Espíndola, que aprofunda e dá continuidade a esse discurso. Trata-se, portanto, de uma geografia destinada a mistificar as contradições e os confrontos da sociedade alagoana de então – de uma geografia a serviço do poder. Nesse sentido, tem-se a geografia como uma importante estratégia para manutenção do poder. Daí constituir uma importante via para a consolidação de um projeto territorial da elite alagoana.

## 5.2 Entre o saber e o poder: o pensamento geográfico de Thomaz do Bomfim Espíndola sobre a Província das Alagoas

Thomaz Espíndola era médico de formação, como já mencionado anteriormente, foi professor de geografia, história e cronologia do Liceu Alagoano, e foi também um político de destacada atuação, tanto no cenário provincial como no Império. Espíndola foi o que Schwarcz (1993) chamou de “homem de sciencia”, isto é, “[...] uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção” (SCHWARCZ, 1993, p. 38-39).

Nas palavras do historiador Tenório (2015)<sup>6</sup>, Espíndola integrou um seletº grupo de intelectuais alagoanos do século XIX que foram:

[...] nomes que permitiram Alagoas a se descobrir em sua complexidade. Nomes que guiam e iluminam os caminhos da ciência em nosso Estado. Sem os quais estariam ainda em um patamar abaixo de nossas conquistas. E a Universidade alagoana tem o dever de reconhecer seu papel desbravador e exaltar suas contribuições.

Convém aqui ressaltar a necessidade de se refletir de maneira mais cuidadosa sobre a produção desses intelectuais. Na presente dissertação busca-se resgatar a obra de Espíndola, em particular a sua geografia, mas reconhecendo de antemão que se trata de uma obra geográfica fortemente marcada pelos interesses da classe política da qual o autor fazia parte.

É imperativo, desse modo, proceder a revisitação desses alagoanos ilustres, a exemplo de Thomaz Espíndola, que apesar da importância permanecem esquecidos pelos pesquisadores e estudiosos de Alagoas. No caso desse autor, é importante, sobretudo por se constituir em um dos primeiros a elaborar um esboço sistemático da geografia de Alagoas, contribuindo decisivamente para a implantação e, por conseguinte, conformação de uma geografia sobre a província de Alagoas. Cabe, contudo, refletir acerca da natureza dessa geografia, de compreender suas finalidades.

Para Lindoso (2005, p. 30), “o indivíduo é dotado de personalidade, isto é, de uma máscara social, que pode ao longo da vida social constituir uma permanência ou

---

<sup>6</sup> Conferência proferida no XI Encontro Alagoano de Geografia (EAG), realizado no período de 26 a 29 de novembro de 2015, na cidade de Arapiraca - AL.

um fator de ruptura e criatividade.” Assim, emerge o seguinte questionamento: a geografia de Thomaz Espíndola constituiu fator de permanência ou de ruptura na historiografia alagoana? A resposta a esse questionamento será dada ao longo deste capítulo.

Espíndola, assim como os homens do Império, participava ativa e intensamente da vida política-administrativa e intelectual da província. Por certo, a sua geografia é um reflexo da sua trajetória política e das relações que mantinha com o poder. Era um intelectual do Império, pois fazia parte da elite política dirigente.

A sua produção é bastante vasta e diversificada, porém aqui, interessa sobretudo, seus compêndios de geografia produzidos entre os anos de 1860 a 1885, conforme mostrado no quadro a seguir.

**Quadro 3.** Compêndios de geografia produzidos por Espíndola (1860-1885)

| COMPÊNDIO  | EDIÇÃO | ANO  |
|--|--------|------|
| Geographia fisica, politica, historica e administrativa da província das Alagoas         | 1. ed. | 1860 |
| Geographia alagoana ou descripção physica, politica e historica da província das Alagoas | 2. ed. | 1871 |
| Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana                    | 1. ed. | 1874 |
| Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana                    | 2. ed. | ?    |
| Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana                    | 3. ed. | 1885 |

Fonte: Barros (2005); Herculano (2014).

Elaboração: Silva, P. H. N. 2022.

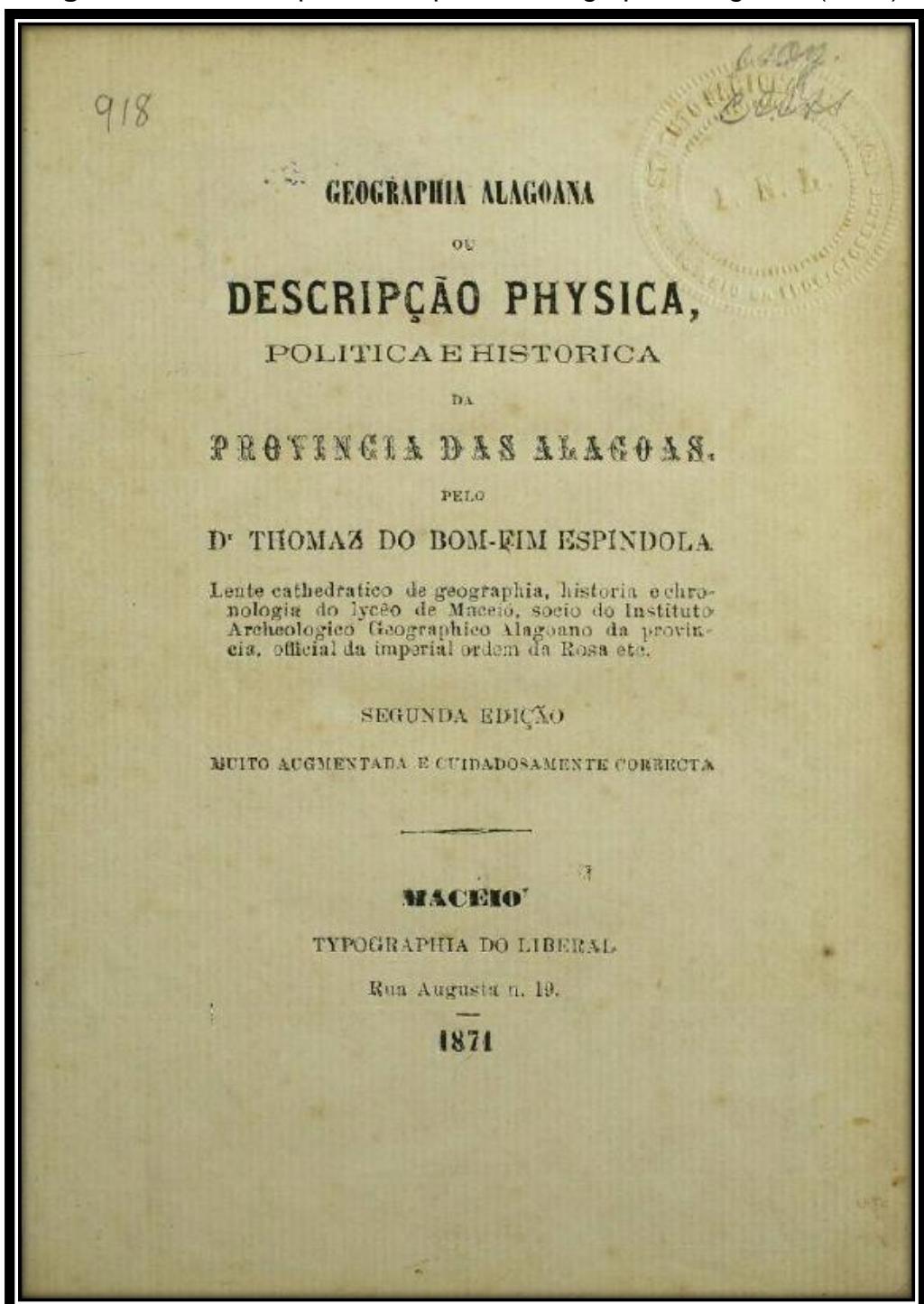
De acordo com o quadro, o primeiro compêndio de geografia foi publicado em 1860, e intitula-se *Geografia física, política, histórica e administrativa da província de Alagoas*<sup>7</sup>. O mesmo teve uma segunda edição publicada em 1871, sob o título *Geografia alagoana ou descrição física, política, histórica da província das Alagoas* – o compêndio mais conhecido do autor.

O segundo compêndio, intitulado *Elementos de geografia e cosmografia oferecidos à mocidade alagoana pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola*, foi publicado em 1874, e teve mais duas edições: a segunda edição publicada em ano

<sup>7</sup> Embora diversos autores alagoanos falem da existência desse compêndio, não se tem notícia do seu paradeiro. Durante a pesquisa documental, realizada no IHGAL e no APA, não foi possível localizá-lo.

desconhecido e a terceira publicada em 1885. Da produção citada somente foram encontradas as edições de 1871 e de 1885.

**Figura 19.** Contracapa do compêndio *Geographia Alagoana* (1871)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Guita e José Mindlin, 2019.

Na figura 19 é possível observar a contracapa da 2<sup>a</sup> edição da obra *Geographia Alagoana*, publicada em 1871, certamente, a sua obra mais importante e conhecida. Depois da publicação do *Opúsculo da descripção geographica* em 1844 (considerada a primeira história e a primeira geografia de Alagoas), a *Geographia Alagoana* figura como a descrição geográfica mais bem-acabada do território alagoano. Referindo-se a aludida obra, afirma Duarte (1945, p. 51):

A nossa obra geográfica de maior vulto, aquela que, de fato, representa um estudo mais amplo e sério das Alagoas, continua a ser a de Tomaz do Bomfim Espíndola, inegavelmente ainda hoje é fonte para consulta. Publicada há mais de oitenta anos, a sua *Geografia Alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas*, em que pezem diversos senões apontados por alguns dos seus contemporâneos, foi um trabalho honesto, meticuloso e de grande tomo para a época.

Neste trabalho, optou-se por focar na descrição do compêndio de 1871, pois a sua análise vai ao encontro dos objetivos propostos. Em relação a sua estrutura, Espíndola organizou a *Geographia Alagoana* em três partes principais, como se pode verificar na figura a seguir.

**Figura 20.** Sumário do compêndio *Geographia Alagoana* de 1871

|   |           |
|---|-----------|
| <b>PARTE PRIMEIRA. GEOGRAPHIA PHYSICA.....</b>        | <b>22</b> |
| I - Posição.....                                      | 22        |
| II - Limites.....                                     | 22        |
| III - Extensão.....                                   | 23        |
| IV - Figura.....                                      | 24        |
| V - Superficie em leguas quadradas.....               | 24        |
| VI - Clima.....                                       | 24        |
| VII - Direcção dos ventos.....                        | 25        |
| VIII - Salubridade.....                               | 25        |
| IX - Aspecto.....                                     | 29        |
| X - Natureza do solo: e se é agricola ou esteril..... | 29        |
| XI - Orographia.....                                  | 30        |
| XII - Ilhas.....                                      | 38        |
| XIII - Pontas.....                                    | 44        |

|   |            |
|---|------------|
| XIV - Recifes e Baixos.....                                     | 45         |
| XV - Hydrographia.....  | 46         |
| XVI - Rios.....   | 46         |
| XVII - Riachos affluentes ou confluentes.....                   | 62         |
| XVIII - Riachos não confluentes.....                            | 65         |
| XIX - Lagos ou lagoas.....                                      | 67         |
| XX - Canaes, levadas e camboas.....                             | 73         |
| XXI - Portos e ancoradouros.....                                | 74         |
| XXII - Açudes.....  | 76         |
| XXIII - Producções.....   | 77         |
| <b>PARTE SEGUNDA. GEOGRAPHIA POLITICA.....</b>                  | <b>93</b>  |
| I - Povoação livre e escrava.....                               | 93         |
| II - Instrucção.....  | 98         |
| III - Industrias.....   | 100        |
| IV - Associações.....   | 103        |
| V - Estradas communs.....                                       | 104        |
| VI - Vias ferreas.....  | 108        |
| VII - Navegação.....  | 109        |
| VIII - Receita e despeza.....                                   | 111        |
| IX - Importação e exportação.....                               | 112        |
| X - Repartições da fazenda geral.....                           | 114        |
| XI - Repartições da fazenda provincial.....                     | 122        |
| XII - Força publica.....  | 125        |
| XIII - Divisão ecclesiastica.....                               | 126        |
| XIV - Divisão politica.....                                     | 163        |
| XV - Divisão judiciaria.....                                    | 165        |
| XVI - Divisão administrativa.....                               | 167        |
| XVII - Limites civis.....                                       | 174        |
| XVIII - Descripção das cidades, villas, povoações e aldeas..... | 175        |
| <b>PARTE TERCEIRA. GEOGRAPHIA HISTORICA.....</b>                | <b>255</b> |

|  |     |
|--|-----|
| PRIMEIRA EPOCHA - As Alagoas antes da sua elevação a comarca de Pernambuco – desde 1500 até 1711.....  | 255 |
| SEGUNDA EPOCHA - As Alagoas desde a sua elevação á categoria de comarca de Pernambuco até a sua desmembração d'essa província – desde 1711 a 15 de setembro de 1817..... | 278 |
| TERCEIRA EPOCHA - Desde a desmembração de Pernambuco até a aclamação de Pedro I imperador constitucional – de 16 de setembro de 1817 a 12 de outubro de 1822.....        | 292 |
| QUARTA EPOCHA - Desde a aclamação de Pedro I imperador constitucional á sua abdicação – de 12 de outubro de 1822 a 7 de abril de 1831.....                               | 301 |
| QUINTA EPOCHA - Desde a abdicação de Pedro I á maioridade de Pedro II – de 7 de abril de 1831 a 23 de julho de 1840.....   | 320 |
| SEXTA EPOCHA - Desde a maioridade de Pedro II até hoje – de 23 de julho de 1840 a 1 de setembro de 1871.....   | 366 |

Fonte: Espíndola, 1871.

Elaboração: Silva, P. H. N. 2023.

Na primeira parte, denominada de *Geographia Physica*, Espíndola realiza uma descrição minuciosa acerca dos aspectos físicos e naturais da província, partindo da sua localização, seguido do clima, da natureza do solo, do relevo, da hidrografia etc., conforme se verifica na passagem abaixo:

O seu terreno é um tanto montanhoso, banhado pelo caudaloso rio de S. Francisco e vários seus afluentes, por muitos outros rios e riachos e grande número de lagoas de diversas dimensões, e abunda em florestas virgens de aspecto tropical, ricas de madeiras de construção, merecendo especial menção os distritos de Paulo Afonso, Água Branca, e as 5 e ½ léguas quadradas de terras devolutas, situadas dentro e ao sul do distrito da povoação Leopoldina (ESPÍNDOLA, 2001, p. 25-26).

Na segunda parte, denominada de *Geographia Politica*, o autor faz uma descrição geral da organização política, econômica e administrativa da província. É nessa parte, inclusive, que Espíndola descreve a situação da população livre e escrava na província, citando os estudos de economistas mundialmente conhecidos.

À primeira vista parece um erro termos calculado sobre os livres da mesma sorte que sobre os escravos; mas cumpre dizer que, se assim o fizemos, foi arrimado nas opiniões dos grandes economistas Carlos Dupin, Boudin e Malthus. Malthus dizia 'que a povoação da União naqueles Estados, onde existia escravidão, crescia na mesma proporção tanto para os livres como para os escravos.' (ESPÍNDOLA, 2001, p. 76).

Destaque-se, também, a opinião de Espíndola acerca do tratamento dado aos escravos no Brasil em comparação com outros países:

Verdade é que em nosso país os escravos não são tão bem tratados como naqueles estados da América; mas devemos-nos lembrar de que os nossos escravos podem ser comparados, sem receio de errar, com os pobres de outros países (ESPÍNDOLA, 2001, p. 76).

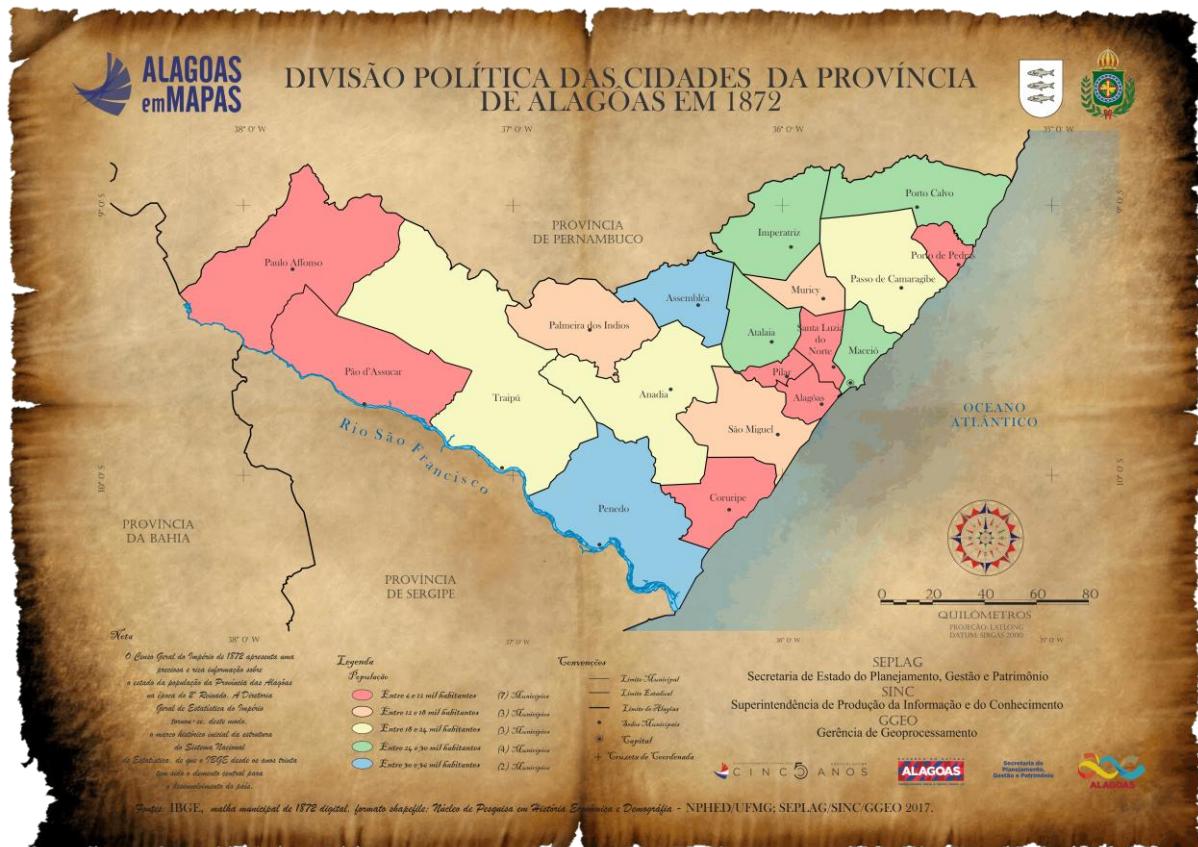
Essa visão de Espíndola em relação a população escrava, é um importante indicativo da classe social a que pertencia e dos interesses dessa. Na figura abaixo, Espíndola descreve a população na província, dividindo-a em livres e escravos, e também a população absoluta das Freguesias.

**Figura 21.** Quadro sobre a população livre e escrava da província - 1871

| Freguesias.             | Livres  | Escravos | Povoação absoluta. |
|-------------------------|---------|----------|--------------------|
| Maceió . . . . .        | 11.176  | 1.160    | 12.336             |
| Jaraguá. . . . .        | 1.962   | 336      | 2.298              |
| Santa Luzia do Norte    | 10.742  | 3.817    | 14.559             |
| Pióca . . . . .         | 10.668  | 3.326    | 13.994             |
| Passo de Camaragibe     | 18.337  | 3.376    | 21.713             |
| Pôrto de Pedras . . .   | 17.222  | 4.887    | 22.109             |
| Pôrto Calvo . . . .     | 6.887   | 2.294    | 9.181              |
| S. Bento . . . . .      | 8.298   | 3.840    | 12.138             |
| Alagôas. . . . .        | 12.695  | 3.685    | 16.380             |
| Pilar. . . . .          | 6.952   | 2.050    | 9.002              |
| S. Miguel . . . . .     | 10.291  | 2.472    | 12.763             |
| Atalaia . . . . .       | 10.502  | 1.515    | 12.017             |
| Imperatriz . . . . .    | 12.193  | 928      | 13.121             |
| Murici. . . . .         | 11.682  | 918      | 12.000             |
| Assembléa . . . . .     | 10.111  | 880      | 10.991             |
| Quebrangulo . . . . .   | 3.936   | 591      | 4.527              |
| Anadia . . . . .        | 10.633  | 987      | 11.620             |
| Limoeiro . . . . .      | 3.300   | 600      | 3.900              |
| Palmeira . . . . .      | 16.005  | 1.470    | 17.475             |
| Coruripe . . . . .      | 13.378  | 3.739    | 17.117             |
| Penêdo . . . . .        | 13.482  | 2.000    | 15.482             |
| Piassabussú . . . . .   | 4.590   | 410      | 5.000              |
| Collegio . . . . .      | 6.806   | 647      | 7.453              |
| Traipú. . . . .         | 10.599  | 812      | 11.411             |
| Sant'Anna . . . . .     | 4.133   | 570      | 4.703              |
| Pão de Assucar. . . . . | 4.644   | 610      | 5.254              |
| Agua Branca. . . . .    | 5.661   | 340      | 6.001              |
| Paulo Affonso . . . . . | 5.484   | 556      | 6.040              |
|                         | 261.769 | 48.816   | 310.585            |

Fonte: Espíndola, 1871.

**Figura 22.** Mapa da divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872



Fonte: Alagoas em Dados, 2024.

**Quadro 4.** Divisão administrativa da província das Alagoas em 1871

| Municípios           | Cidades, vilas, povoações e aldeias   |
|----------------------|---|
| Maceió               | Cidade de Maceió<br>Povoação de Jaraguá<br>Idem do Trapiche da Barra<br>Idem do Pontal da Barra<br>Idem do Poço<br>Idem da Pajuçara<br>Idem do Bebedouro<br>Idem de Pioca ou Ipioca<br>Idem de Paripoeira |
| Santa Luzia do Norte | Vila de Santa Luzia do Norte<br>Povoação do Coqueiro Seco<br>Idem das Pedreiras<br>Idem do Pau Amarelo<br>Idem dos Gregórios<br>Idem da Mata do Rolo  |
| Porto Calvo          | Vila de Porto Calvo<br>Povoação da Gamela<br>Idem da Barra Grande<br>Idem Leopoldina<br>Aldeia de Jacuípe<br>Povoação de Santana de Porto Calvo<br>Idem de Japaratuba<br>Idem de S. Bento                 |

|                     |  |
|---------------------|--|
|                     | Idem de Peroba   |
| Porto de Pedras     | Vila de Porto de Pedras<br>Povoação de S. Miguel dos Milagres<br>Idem Tatuamunha   |
| Passo de Camaragibe | Vila do Passo de Camaragibe<br>Povoação de Camaragibe<br>Idem da Barra de Santo Antonio Grande<br>Idem dos Morros de Camaragibe<br>Idem do Quitunde ou S. Luiz<br>Idem da Soledade<br>Aldeia do Cocal  |
| Alagoas             | Cidade das Alagoas<br>Povoação de Taperaguá<br>Idem de Santa Rita  |
| S. Miguel           | Cidade de S. Miguel de Campos<br>Povoação da Barra de S. Miguel<br>Idem do Niquim<br>Idem do Jequiá da Praia<br>Idem dos Mosquitos   |
| Pilar               | Vila do Pilar<br>Aldeia de Santo Amaro<br>Povoação de Pedro da Cruz  |
| Atalaia             | Vila de Atalaia<br>Povoação de Capela<br>Idem da Barra da Parangaba<br>Idem do Riachão<br>Idem do Arrasto<br>Idem Gameleira<br>Aldeia Cabeça de Cavalo   |
| Imperatriz          | Vila de Imperatriz<br>Povoação do Murici<br>Idem da Laje do Canhoto<br>Idem Mundaú Mirim<br>Idem Cabeça de Porco ou Santo Antonio da Boa-Vista<br>Idem Caruruzinho<br>Idem Curralho<br>Idem S. José do Bolão<br>Idem Panelas ou Juçara<br>Aldeia Urucu |
| Assembléia          | Vila d'Assembléia<br>Povoação de Quebrangulo<br>Idem Passagem<br>Idem Lourenço<br>Aldeia do Limoeiro   |
| Anadia              | Vila de Anadia<br>Povoação do Limoeiro<br>Idem do Junqueiro<br>Idem da Pindoba<br>Idem Tanque d'Arca<br>Idem Tapera<br>Cana-brava<br>Mar-vermelho  |
| Coruripe            | Vila de Coruripe<br>Povoação do Poxim<br>Idem Barra de Jequiá<br>Idem Pontal   |
| Palmeira            | Vila da Palmeira dos Índios<br>Povoação dos Olhos d'Água do Accioli<br>Idem Palmeira de Fora   |

|               |   |
|---------------|---|
|               | Idem Santa Cruz<br>Idem Riacho Fundo de Cima<br>Idem Cana-fistola<br>Idem Bonifácio   |
| Penedo        | Cidade de Penedo<br>Povoação de Piassabussu<br>Aldeia do Colégio de Porto Real<br>Povoação de S. Braz<br>Idem Igreja Nova<br>Idem da Marabá<br>Idem do Mocambo<br>Lagoa Comprida<br>Idem Feliz Deserto<br>Idem Salomé |
| Traipu        | Vila de Traipu<br>Povoação da Lagoa Funda<br>Idem Santana da Ribeira Panema<br>Idem Riacho do Sertão<br>Idem Sertãozinho<br>Idem Santo Antonio Rabelo<br>Idem do Aricori<br>Idem Munguengue                           |
| Mata Grande   | Vila de Paulo Afonso<br>Povoação d'Água Branca  |
| Pão de Açúcar | Vila de Pão de Açúcar<br>Povoação de Entre-montes<br>Idem de Piranhas<br>Idem do Limoeiro   |

Fonte: Espíndola, 1871.

Elaboração: Pedro Henrique Nunes Silva, 2024.

Comparando o “mapa da divisão política de Alagoas em 1872” com o quadro da “divisão administrativa da província em 1871”, este elaborado a partir do compêndio de Espíndola, verifica-se que as informações coincidem quase que por completo. A diferença está nas denominações, enquanto no mapa se utiliza o termo “cidade”, na divisão administrativa de Espíndola se utiliza o termo “município”, e neste podem estar contidas cidades, vilas, povoações e aldeias, nessa ordem de importância. Assim, Espíndola (2001, p. 129) assinala que a divisão administrativa da província “compreende 18 municípios com 4 cidades, 14 vilas, 110 povoações, inclusive 8 aldeamentos de índios [...]”.

Na terceira e última parte do compêndio, denominada de *Geographia Historica* e subdividida em seis épocas, o autor descreve os diversos períodos atravessados por Alagoas – do descobrimento (1500) à publicação da sua *Geographia Alagoana* (1871), passando pela elevação à categoria de comarca de Pernambuco (1711) e depois província independente (1817).

Portanto, em resposta ao questionamento anteposto, a obra de Thomaz Espíndola constitui mesmo um fator de permanência e continuidade, pois é uma escrita socialmente marcada, intrinsecamente ligada ao poder de mando da província, representado pelos senhores de engenho e ricos comerciantes (ALMEIDA, 2004; LINDOSO, 2005). Contudo, se houver algum traço de criatividade na obra de Espíndola está no fato deste ter sido um incentivador do conhecimento da terra natal, como pode ser visto num pequeno trecho da sua *Geographia Alagoana*:

Nada por sem duvida é mais censuravel do que não conhecer o homem a sociedade em que vive, a terra em que pisa, ou em que vio a primeira luz do mundo, a historia d'essa sociedade e d'essa terra (ESPÍNDOLA, 1871, p. 5).

Assim, é possível observar que havia uma tendência entre os autores alagoanos do século XIX, que era de ressaltar a importância do conhecimento da terra natal, isto é, da sua história e da sua geografia. Constata-se mesmo um tom patriótico nos discursos, primeiro com Antonio Joaquim de Moura e depois com Thomaz do Bomfim Espíndola.

O estudo da geografia e história do país natal é hoje uma necessidade reconhecida por todas as nações que podem ser indigitadas como modelos à imitação – a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos do Norte –; e por isso têm elas inserido em seus planos de estudo a obrigação de enriquecer a inteligência da juventude, já preparada pela instrução primária, dos conhecimentos da geografia e história natal. (ESPÍNDOLA, 2001, p. 5).

Nessa perspectiva, vale destacar, ainda, que Espíndola foi responsável por diversos avanços no campo da instrução pública, com a produção de diversos relatórios acerca da situação desta na província. Foi autor, por exemplo, do projeto que criou a Biblioteca Pública Estadual. Além de ser defensor convicto da implantação e permanência da disciplina de geografia no currículo das escolas provinciais.

O autor se constitui em um marco do pensamento geográfico em Alagoas, não somente por ter sido o primeiro alagoano a escrever um compêndio de geografia, mas sobretudo por ter produzido uma obra geográfica avançada e ambiciosa à época, com grande riqueza de informações e dados sobre a natureza e sobre a gente da província de Alagoas.

Concorda-se com Lindoso (2005) quando afirma que os opúsculos e compêndios produzidos no século XIX foram fundamentais para a criação e consolidação de uma imagem autônoma de Alagoas. E esta imagem foi criada a partir

da geografia dos compêndios, sobretudo o de Espíndola. Com toda certeza, a obra deste autor, e aqui faz-se referência especificamente a sua geografia alagoana, resultou das relações que estabelecera ao longo de sua trajetória e, portanto, ela é representativa dos seus interesses e anseios, da classe social da qual fazia parte.

Além do *Opúsculo da Descrição Geographica*, de 1844, e da *Geographia Alagoana*, de 1871, que constituem os marcos temporais da investigação aqui empreendida, não se pode olvidar o que chamamos de “esboços histórico-administrativos” da província de Alagoas, produzidos por José Alexandrino Dias de Moura, a saber: *Bosquejo histórico administrativo da província de Alagoas*, de 1860, e *Apontamentos sobre diversos assuntos geographico-administrativos da província das Alagoas*, de 1869.

“O primeiro desses esboços inclui uma saudação a Dom Pedro II em sua visita às Alagoas, um relato histórico da Província, um outro relato geográfico e, por último, um relato administrativo”, assinala Lindoso (2005, p. 43). Na parte histórica do referido esboço, Dias de Moura (1860) descreve uma cronologia dos fatos da vida social alagoana, incluindo acontecimentos político-administrativos da província. Na parte geográfica, não se foge ao que Moura (1844) e Espíndola (1871) fizeram em seus escritos, esboçando “[...] a figura da Província como uma imagem matematizada de uma realidade física que comporta uma configuração político-histórica de contornos definitivos” (LINDOSO, 2005, p. 45).

Na parte que descreve a organização administrativa da província, o esboço de Dias de Moura (1860) adquire um teor sociológico, destaca Lindoso (2005), no qual relatam-se, por exemplo, as condições de vida da população e a razoabilidade ou não dos sítios escolhidos para localização das povoações.

“Os Apontamentos de 1869 formam um discurso estatístico-político. Descreve com minúcia ruas, logradouros e prédios das povoações, vilas e cidades da Província. Nesse sentido é um estudo de inestimável valor [...]”, declara Lindoso (2005, p. 47). Nesse esboço, Dias de Moura (1869) descreve e elabora discussões interessantes a respeito, por exemplo, da escolha do sítio geográfico para a construção de Maceió e como essa escolha resultava em péssima condição sanitária para a cidade; além de registrar “[...] o atraso da indústria na Província, sem condições técnicas nem capitais que bastassem ao aproveitamento de nossas riquezas naturais” (LINDOSO, 2005, p. 49).

Por último, pode-se asseverar que as fontes, acima elencadas e discutidas, foram imprescindíveis à construção e desenvolvimento da presente investigação. Moura (1844), Dias de Moura (1860, 1869) e Espíndola (1871) se constituíram em referências basilares para se pensar a geografia produzida na Província das Alagoas no período oitocentista, o que sem dúvida fortalece a construção de uma agenda de estudos em história da geografia em Alagoas.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

***POR UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DAS ALAGOAS***

A história do pensamento geográfico constitui um campo da pesquisa geográfica ainda pouco explorado pelos geógrafos brasileiros, sobretudo no que concerne ao período que antecedeu a institucionalização da geografia no Brasil. À propósito, assevera Machado (2000, p. 313) que “[...] por anteceder a institucionalização da geografia, o período 1870/1930 tem merecido somente a menção de um ou outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil.”

Não obstante, nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento significativo dos estudos dedicados à análise da história do pensamento geográfico no país, sobretudo no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (CARVALHO, 2007). Em contrapartida a isso, apenas uma pequena parte desses estudos tratam do período que precedeu o decênio de 1930.

Nesse sentido, vale salientar que os estudos que enveredam pelo caminho da historiografia do pensamento geográfico brasileiro revelam sua importância, por constituírem ferramentas essenciais no sentido de “[...] revisitar e discutir questões epistemológicas, teóricas e históricas que deem aporte à compreensão da evolução da disciplina [geografia] nos interstícios que precederam ou se seguiram a sua institucionalização em 1934”, conforme assinala Carvalho (2001, p. 18).

Na presente dissertação buscou-se resgatar Thomaz do Bomfim Espíndola, que se constituiu em um importante intelectual alagoano do século XIX, com marcante atuação na instrução pública, na política, na administração da Alagoas provincial e que produziu uma importante obra no campo da geografia, dedica a descrição do território alagoano. Destaque-se que após a emancipação das Alagoas havia a necessidade premente do estabelecimento de uma imagem autônoma e diferencial, da definição dos limites do território alagoano, haja vista que o mesmo ainda se achava confundido com o de Pernambuco.

Desse modo, a partir da leitura da obra de Espíndola foi possível verificar que a mesma esteve intimamente associada a esse processo de construção e consolidação de uma imagem autônoma/diferencial das Alagoas e, por conseguinte, de uma identidade alagoana, o que se faz sentir a partir da geografia por ele produzida, marcada por uma descrição pormenorizada dos aspectos físico-naturais, político-administrativos, sociais e econômicos da província recém-emancipada.

Tendo sido um dos primeiros a elaborar um “esboço geográfico e histórico da província”, Espíndola se constitui em um importante objeto de estudo, cuja contribuição para o conhecimento e interpretação da história do pensamento geográfico, sobretudo em Alagoas, é basilar. Nesse sentido, a sua figura singular e os seus escritos tem se mostrado um caminho promissor e ainda inexplorado. Contudo, apesar da notável importância de sua obra, o que se tem verificado é o seu completo esquecimento, persistindo assim uma grande lacuna no que diz respeito aos estudos sobre a história da geografia em Alagoas e, por consequência, ao seu processo de emancipação.

Gerações e gerações de acadêmicos e professores de Geografia alagoanos, têm ao longo dos tempos, ingressado e saído dos cursos de Geografia existentes no estado sem ter qualquer conhecimento desse autor, ainda que na capital, Maceió, seja um nome repetido com frequência, por existir ali, uma importante avenida que leva o seu nome.

Adentrar pelos meandros do pensamento geográfico brasileiro, e alagoano em especial, tem permitido encontrar figuras “intocadas” como Espíndola. Mas também constitui tarefa das mais árduas e complexas, tendo em vista os meandros a serem percorridos, que vão das relações de poder estabelecidas à Geografia concebida como reflexo dessas relações. Porém, revisitar esses indivíduos e suas contribuições notáveis é fundamental, para conhecer a história do pensamento geográfico em Alagoas e compreender a geografia de Alagoas que se faz atualmente.

Assim, na pesquisa desenvolvida buscou-se contribuir para um debate acerca da geografia produzida por Thomaz Espíndola e como esta esteve associada a emancipação das Alagoas, em seu sentido mais amplo. Espera-se, desse modo, que a realização deste trabalho possa animar a feitura de outros, nessa mesma perspectiva teórica, que busquem resgatar figuras que permanecem esquecidas, mas que podem oferecer contribuições valiosas para o conhecimento e interpretação da historiografia do pensamento geográfico em Alagoas.

## **REFERÊNCIAS**

---

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. Dois textos alagoanos exemplares. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Dois textos alagoanos exemplares**. Maceió: FUNESA, 2004. p. 8-18.
- ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Bibliografia de Autores Alagoanos**. Maceió: Edições Catavento; Fundação Municipal de Ação Cultural, 2001. 448p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A construção da geografia brasileira. **Revista RAEGA**, Curitiba, v. 3, p. 19-34, 1999.
- \_\_\_\_\_. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 5-28, 1977.
- ARAÚJO, Orlando. Emancipação Política de Alagoas e suas causas. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, Volume XXV, p. 60-67, 1947.
- BARBOSA JÚNIOR, J. A autonomia política de Alagoas e seus fatores. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume X, p. 54-64, 1925.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I (A-F). Brasília: Senado Federal, 2005.
- BERDOULAY, Vincent. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-56, jul./dez. 2003.
- \_\_\_\_\_. **A escola francesa de geografia**: uma abordagem contextual. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- \_\_\_\_\_. Do contexto ao relato: revisit a modernidade. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrindo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil - Faperj, 1999.
- BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982b.
- \_\_\_\_\_. O pensamento geográfico tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 391-413, jul./set. 1982a.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3. ed. Arapiraca: Edual, 2004. 141p.
- BUYERS, Ann Marie. Em Defesa da Honra: a Emancipação de Alagoas no Imaginário Institucional. **Revista Crítica Histórica**, [S. I.], v. 1, n. 2, 2010.
- CABRAL, João Francisco Dias. A Revolução de 1817. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume II, nº 17, p. 232-239, dez. 1883.
- CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciéncia en la geografía contemporánea. Una introducción a la geografía**. Barcelona: Barcanova, 1983.

CAROATÁ, José Próspero Jeovah da Silva. Chronica do Penedo. **Revista do Instituto Archeologico e Geographic Alagoano**, Maceió, Volume I, nº 2, p. 1-80, jun. 1873.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira - 1934/1956** (Uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional). 179 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje...** Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Virgílio Antonino de. Relatorio sobre o estudo das causas efficientes da Emancipação Politica de Alagoas, que o Dr. F. A. Pereira da Costa apresentou ao Instituto A. G. Pernambucano em sessão de 31 de outubro de 1901. **Revista do Instituto Archeologico e Geographic Alagoano**, Maceió, Volume IV, nº 2, p. 19-32, jun. 1907.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, João Craveiro. **A Emancipação das Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1967.

\_\_\_\_\_. **História das Alagoas** (Resumo Didático). Maceió: Sergasa, 1983.

\_\_\_\_\_. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios**. Edição coordenada, revisada, anotada e ampliada com quinze escritos do autor e uma reportagem publicados na “Revista de Ensino”. Maceió: Edufal, 2011. 224p.

DEL GAUDIO, Rogata Soares. Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p. 48-63, 2007.

DIARIO DAS ALAGOAS. Maceió, ano 4, n. 163, s/p., 19 jul. 1861.

DIÉGUES JUNIOR, Manoel Balthazar P. **Compendio de Geographia e Cosmographia**. Maceió: Typ. D'A Ordem, 1890. 133p.

DUARTE, Abelardo. A primeira geografia alagoana (em torno do centenário da sua publicação). **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, Ano. 1945-1946, Volume XXIV, p. 47-65, 1945.

\_\_\_\_\_. A Revolução Pernambucana de 1817 e a Emancipação de Política de Alagoas. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, Ano. 1940-1941, Volume. XXI, p. 146-155, 1941.

\_\_\_\_\_. **Acréscimos e retificações à “história do Liceu Alagoano”**. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

\_\_\_\_\_. **História do Liceu Alagoano** (Desde sua criação até o ano de 1960). Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

DUARTE, Francisco Peixoto. Quaes as causas de haver-se malogrado a revolução de 6 de março de 1817, na província de Pernambuco. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume I, nº 5, p. 119, 1874.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Elementos de Geographia e Cosmographia oferecidos a Mocidade Alagoana**. 3. ed. Maceió: TYP. da Gazeta de Notícias, 1885. 293p.

\_\_\_\_\_. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Edições Catavento, 2001.

\_\_\_\_\_. **Geographia alagoana ou descripção physica, politica e historica da província das Alagoas**. 2. ed. muito aumentada e cuidadosamente correcta. Maceió: Typographia do Liberal, 1871. 483p.

FONSECA, Pedro Paulino da. O dia 16 de setembro. Saudação à Província das Alagoas. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume VIII, nº 2, p. 105-129, abr. /jun. 1916.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil**: 1838-1857. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HERCULANO, Edgleide de Oliveira. **Análise de Compêndios de Geografia (1844-1890)**. 2011. 90 f. TCC (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

\_\_\_\_\_. **Thomaz Espíndola**: um alagoano e seus escritos sobre educação no Império. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **Bibliografia Analítica da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Revisada e atualizada por Fabiana Mariano 1872 a 2009. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial e Gráfica Graciliano Ramos, 2010. 252p.

\_\_\_\_\_. **Catálogo de Documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial e Gráfica Graciliano Ramos, 2008. 512p.

\_\_\_\_\_. **Dados Históricos**. Pesquisa de Aloísio Costa Melo, Fabiana Mariano da Silva e Jayme Lustosa de Altavila. Maceió: Imprensa Oficial e Gráfica Graciliano Ramos, 2008. 217p.

IZIDORO, Francisco. Apontamentos históricos. Emancipação de Alagoas. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume IV, nº 1, p. 35-38, 1904.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução de Maria Cecília França. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LAVENÈRE, Luiz. 16 de Setembro. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, Ano. 1938-1939, Volume XX, p. 50-52, 1939.

LEAL, Fabiana Machado. **Coordenadas geográficas:** ser-no-mundo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província:** estudo da cultura alagoana. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005. 131p.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. História do pensamento geográfico no Brasil: elementos para a construção de um programa de pesquisa (uma conversa com Lia Osório Machado). **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 1, 2000.

\_\_\_\_\_. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 309-352.

MEDEIROS NETO, Luiz. Discurso de 16 de Setembro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, Ano 1974-1975, Volume XXXI, p. 199-204, 1974.

MEDEIROS NETO. Discurso na Sessão Solene de 16 de setembro de 1987. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, Ano 1986-1988, Volume XLI, p. 249-250, 1989.

MELLO, Anfilófio Jayme de Altavila. Alagoas na Revolução Pernambucana de 1817. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, Volume XVIII, p. 122-128, 1935.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografafres**, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil:** capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

- \_\_\_\_\_. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- \_\_\_\_\_. O Barão do Rio Branco e a Geografia. **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 5, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005b.
- MOURA, Antonio Joaquim de. **Opúsculo da Descrição Geographica e Topographica, Phizica, Política, e Histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil**. Rio de Janeiro: TYP. de Berthe e Haring, 1844.
- MOURA, José Alexandrino Dias de. Bosquejo histórico administrativo da província de Alagoas. In: FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1860, pelo excellentissimo presidente da provincia, o Pedro Leão Velloso. Maceió, Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1860.
- \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre diversos assumtos geographico-administrativo da Província das Alagoas. 1869. Realizada por José Alexandrino Dias de Moura. Maceió, 30 de abril de 1869. In: RELATORIO lido perante a Assembléia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1869.
- OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Discurso pronunciado na Sessão Comemorativa da Emancipação Política de Alagoas em 16 de setembro de 1898. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Volume IV, nº 4, p. 40-52, dez. 1913.
- OITICICA, Jarbas. Emancipação Política de Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, Ano 1986-1988, Volume XLI, p. 53-73, 1989.
- O LIBERAL. Recife, serie 2, n. 45, p. 4, 20 fev. 1869.
- PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. **Geografias**: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**: origens, obsessões e conflitos (1883-1944). Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. De “ciência auxiliar” a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Brasil, v. 24, n. 1-2, p. 11-22, jan./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. Histórias do pensamento geográfico: instituições, institucionalização e produção do conhecimento. **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 2, 2000.

- \_\_\_\_\_. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul./dez. 2005.
- QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Tradução de Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente da. **“Civilizar pelas letras”: o projeto educacional do alagoano Thomaz do Bomfim Espíndola no Império brasileiro (1853-1885)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia (geografia e ideologia)**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SOUSA, André Nunes de; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. Ressonâncias tropicalistas na Bahia. **Terra Brasilis [Online]**, 19, 2023.
- VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. **A conformação da geografia escolar na Província das Alagoas oitocentista (1844-1890)**. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.
- ZUSMAN, Perla Brígida. **Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. La descripción en geografía. Un método, una trama. **Boletín de Estudios Geográficos**, Mendoza, Argentina, n. 102, p. 135-149, 2014.